



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

LEI COMPLEMENTAR Nº. 08 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

*"Institui o Novo Código Tributário do Município de Bugre e dá outras providências".*

O POVO DO MUNICÍPIO DE BUGRE, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, **provou**, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, **sanciono** a seguinte Lei:

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Código Tributário do Município de Bugre, abrangendo as normas gerais de Direito Tributário do Município, assim como as normas particulares aplicáveis aos tributos municipais em espécie.

## DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

### TÍTULO I - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 2º - Integram o Sistema Tributário do Município os seguintes tributos.

I- os Impostos sobre:

a) a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

b) os Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; e

c) a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos – ITBI.

II- as taxas:

a) em razão de atividades decorrentes do poder de polícia do Município;

b) em razão da prestação de serviços públicos municipais específicos e divisíveis ao contribuinte, ou postos a sua disposição.

III- a Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária; e

Parágrafo único. Para os serviços cuja natureza não comportar a cobrança de taxas, o Executivo estabelecerá preços públicos, que não se submetem à disciplina jurídica dos tributos.

**Art. 3º** - Os tributos elencados no artigo anterior serão tratados no Livro Segundo desta Lei Complementar.

## **TÍTULO II - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**Art. 4º** - A expressão “legislação tributária municipal” compreende as leis, decretos, instruções normativas que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

**Art. 5º** - Somente a lei, no sentido material e formal, pode estabelecer:

I- a instituição de tributos ou a sua extinção;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

- II- a majoração de tributos ou a sua redução;
- III- a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;
- IV- a fixação da alíquota de tributo e da sua base de cálculo;
- V- a instituição de penalidade para ações ou omissões contrárias aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI- as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou dispensa ou redução de penalidade.

**Art. 6º** - Não constitui majoração de tributo, para os efeitos do inciso II do artigo anterior, a simples atualização monetária de seus elementos quantitativos.

Parágrafo único. A atualização a que se refere este artigo será feita anualmente por decreto.

**Art. 7º** - O Prefeito regulamentará, por decreto, e o titular da pasta responsável pela Fazenda Pública Municipal, por instrução normativa, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

- I- as normas constitucionais vigentes;
- II- as normas gerais de Direito Tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966 – e legislação complementar federal posterior;
- III- as disposições desta Lei e das demais leis municipais pertinentes à matéria tributárias;
- IV- a jurisprudência majoritária construída em torno do assunto regulamentado, especialmente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 1º. O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial.

I- dispor sobre matéria não tratada em lei;

II- acrescentar ou ampliar disposições legais;

III- suprimir ou limitar as disposições legais;

IV- interpretar a lei de modo restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

§ 2º. A superveniência de decreto que trate de matéria anteriormente regulamentada por instrução normativa, suspenderá a eficácia desta.

**Art. 8º** - A instituição ou aumento de tributo obedecerá aos princípios da anterioridade do exercício financeiro e da noventena, previstos, respectivamente, nas alíneas b e c do inciso III do art. 150 da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo único. Estão adstritas à observância do caput deste artigo as leis que reduzem ou extinguem isenções e outros benefícios fiscais.

## **TÍTULO III - DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS**

**Art. 9º** - É vedado ao Município.

I- estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais;

II- cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

III- instituir impostos sobre.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- a) patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, Distrito Federal e de outros Municípios;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, e das instituições e de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;
- d) livros, jornais, periódicos, bem como o papel destinado à sua impressão.

§ 1º. A imunidade das pessoas políticas de direito constitucional interno abrange a administração direta, as autarquias, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

§ 2º. Os Conselhos de profissões regulamentadas se inserem no conceito de autarquia para fins de imunidade tributária.

§ 3º. Não fazem jus à imunidade de que trata o § 1º deste artigo as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica e que se remunerem junto aos usuários com a cobrança de preço ou tarifa, bem como os concessionários, permissionários e autorizados de serviços públicos.

§ 4º. A imunidade dos templos de qualquer culto é subjetiva e alcança todos os imóveis de propriedade da entidade religiosa mantedora, sujeitando-se à comprovação dos seguintes requisitos:

I- tratar-se de uma organização religiosa, nos termos da lei civil;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

II- não distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

III- manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 5º. A imunidade dos partidos políticos e suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social está subordinada à comprovação dos seguintes requisitos:

I- não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II- aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III- manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 6º. As imunidades previstas nos parágrafos 4º e 5º deste artigo compreendem apenas o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades.

§ 7º. A regra do parágrafo anterior abarca os aluguéis de imóveis e demais rendimentos que as entidades recebam no desempenho de atividades não ligadas aos seus objetivos institucionais, desde que comprovadamente revertidos para seus fins institucionais.

§ 8º. Para o reconhecimento da imunidade das entidades de assistência social, exige-se ainda o atributo da generalidade do acesso dos beneficiários, independentemente de contraprestação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 9º. A imunidade prevista no inciso III, d, do caput deste artigo, é objetiva e de extensão mínima, não alcançando a impressão e a distribuição dos livros, jornais e periódicos, exceto o próprio papel destinado à impressão e os filmes fotográficos.

## **TÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 10** - Todas as funções referentes ao cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de repressão e preservação de fraudes, serão exercidas pelos órgãos afetos e subordinados à Administração Fazendária Municipal, segundo as atribuições constantes da Lei de Organização Administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo único. Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação de "Fisco" ou "Fazenda Pública Municipal".

**Art. 11** - Os órgãos e servidores incumbidos do lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão orientação e assistência técnica aos contribuintes e responsáveis, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

Parágrafo único. As orientações e assistências técnicas mencionadas no caput poderão ser oferecidas e prestadas inclusive em ambiente virtual, conforme disposto em decreto ou instrução normativa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

## TÍTULO V - DOS DIREITOS E GARANTIAS DO CONTRIBUINTE

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

**Art. 12** - Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados no presente Título serão reconhecidos pela Administração Fazendária Municipal, sem prejuízo de outros decorrentes de normas gerais de direito tributário, da legislação municipal e dos princípios e normas veiculados pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste Capítulo, a terminologia “contribuinte” abrange todos os sujeitos passivos tributários, inclusive os terceiros eleitos pela legislação municipal como responsáveis tributários.

**Art. 13** - A Fazenda Pública Municipal obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

**Art. 14** - No desempenho de suas atribuições, a Administração Tributária pautará sua conduta de modo a assegurar o menor ônus possível aos contribuintes, assim no procedimento e no processo administrativo, como no processo judicial.

### CAPÍTULO II - DOS DIREITOS DO CONTRIBUINTE

**Art. 15** - São direitos do contribuinte,

I- ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- II- ter ciência da tramitação dos processos administrativo-tributário em que tenha a condição de interessado, deles ter vista, obter cópias dos documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;
- III- formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração escrita e fundamentada do órgão competente;
- IV- receber comprovante pormenorizado dos documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;
- V- ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu cargo, inclusive multas, com a orientação de como proceder, bem assim, das hipóteses de redução do respectivo montante;
- VI- ter preservado, perante a Administração Fazendária Municipal, o sigilo de seus negócios, documentos e operações;
- VII- ser posto no mesmo plano da Administração Fazendária Municipal, no que se refere a pagamento, reembolsos e atualização monetária.

## **CAPÍTULO III - DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL**

**Art. 16** - Excetuado o requisito da tempestividade, é vedado estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa, principalmente a exigência de depósito recursal para a tramitação do contencioso tributário.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

Art. 17 - É igualmente vedado.

I- condicionar a prestação de serviço ao cumprimento de exigências burocráticas, sem previsão legal;

II- instituir obrigações e/ou deveres instrumentais tributários, não previstos na legislação tributária, ou criá-los fora do âmbito de sua competência.

Art. 18 - Os contribuintes deverão ser intimados sobre os atos do processo de que resultem a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades.

Art. 19 - A existência de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, não poderá impedir o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais.

Art. 20 - O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objeto, vinculado a Administração Fazendária Municipal.

Art. 21 - Sob pena de nulidade, os atos administrativos da Administração Fazendária Municipal deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, especialmente quando:

I- neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II- imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III- decidam recursos administrativo-tributários;

IV- decorram de reexame de ofício;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

V- deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VI- importem anulação, suspensão, extinção ou exclusão de ato administrativo-tributário.

§ 1º. A motivação há de ser explícita clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamento de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, será parte integrante do ato.

§ 2º. Na solução de vários assuntos da mesma natureza pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

**Art. 22** - Serão examinadas e julgadas pela Administração todas e quaisquer questões suscitadas no processo administrativo contencioso, inclusive as de índole constitucional.

## **TÍTULO VI - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **CAPÍTULO I - DAS MODALIDADES**

**Art. 23** - Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 1º. Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária, na acepção do disposto no art. 4º desta Lei, e tem por objeto a prática ou a obtenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária.

§ 3º. As expressões “obrigação tributária acessória” e “dever instrumental tributário” serão tratadas como sinônimo por esta Lei.

## **CAPÍTULO II - DO FATO GERADOR**

**Art. 24** - Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

**Art. 25** - Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou obtenção de ato que não configure obrigação principal.

## **CAPÍTULO III - DO SUJEITO ATIVO**

**Art. 26** - Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município Bugre é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos previstos na Constituição Federal de 1988 e criados por lei municipal específica.

§ 1º. A competência tributária é indelegável, enquanto que a capacidade tributária ativa, representada pelas atribuições de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos e decisões administrativas em matéria tributária, pode ser conferida a outra pessoa de direito público.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Permite-se também o cometimento para pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos, no exato sentido de efetuar a cobrança e a arrecadação administrativa ou judicial do crédito, ou simplesmente recebê-lo para posterior transferência ao Fisco.

## CAPÍTULO IV - DO SUJEITO PASSIVO

### Seção I - Das Disposições Gerais

**Art. 27** - Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos da lei, ao pagamento de tributos da competência do Município.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I- contribuinte, quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fator gerador;

II- responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposição expressas em lei.

**Art. 28** - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à obtenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

**Art. 29** - Salvo os casos expressamente previstos em lei complementar, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Fazenda Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

## **Seção II - Da Solidariedade**

**Art. 30** - São solidariamente obrigadas:

I- as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II- as pessoas expressamente designadas em lei.

§ 1º. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

§ 2º. Entende-se por interesse comum, para fins do disposto no inciso I deste artigo, a situação em que duas ou mais pessoas pratiquem o fato gerador da mesma obrigação tributária.

**Art. 31** - Salvo os casos expressamente previstos em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I- o pagamento por um dos obrigados aproveita aos demais;

II- a isenção ou remissão do crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, nesse caso, a solidariedade aos demais pelo saldo;

III- a interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados favorece ou prejudica aos demais.

## **Seção III - Do Domicílio Tributário**

**Art. 32** - Sem prejuízo das disposições legais específicas sobre o cadastro municipal, ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição fazendária o seu



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve a sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária.

§ 1º. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-á como tal.

I- quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II- quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III- quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 2º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem à obrigação tributária.

§ 3º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando a sua localização, acesso ou quaisquer outras características impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 33** - O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao Fisco Municipal.

## CAPÍTULO V - DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

### Seção I - Da responsabilidade dos Sucessores

**Art. 34** - Os créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, às taxas pela prestação de serviços ou às contribuições, referentes a tais bens, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. Nos casos de arrematação em hasta pública, adjunção e aquisição pela modalidade de venda por propostas no processo de falência, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Art. 35** - São pessoalmente responsáveis:

I- o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação;

II- o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III- o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.

**Art. 36** - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, cisão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, cindidas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

**Art. 37** - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos até a data do ato, relativos ao fundo de estabelecimento adquirido.

I- integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II- subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo do comércio, indústria ou profissão.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial.

I- em processo de falência;

II- de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

§ 2º. Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

I- sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

II- parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou

III- identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

§ 3º. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extra concursais ou de créditos que preferem ao tributário.

**Art. 38** - Em todos os casos de responsabilidade *inter vivos* previstos nos artigos anteriores, o alienante continua responsável pelo pagamento do tributo, solidariamente com o adquirente, ressalvada a hipótese do art. 34, quando do título de transferência do imóvel constar a certidão negativa de débitos tributários.

Parágrafo único. Os sucessores tratados nos artigos 34 a 37 desta Lei Complementar responderão pelos tributos, juros, multas moratórias, atualização monetária e demais encargos correlatos, ressalvando-se as multas de caráter punitivo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

## Seção II - Da Responsabilidade de Terceiros

**Art. 39** - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis.

I- os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II- os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III- os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV- o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V- o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI- os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;

VII- os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

**Art. 40** - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

I- as pessoas referidas no artigo anterior;

II- os mandatários, prepostos e empregados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

III- os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. A mera inadimplência, por si só, não permite a responsabilização das pessoas mencionadas no caput deste artigo.

## Seção III – Da Responsabilidade por Infrações

**Art. 41** - Salvo os casos expressamente ressalvados em lei, a responsabilidade por infrações à legislação tributária do Município Bugre independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 42** - A responsabilidade é pessoal do agente.

I- quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II- quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III- quanto às infrações que decorrem direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no art. 39, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos e empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. Por ser personalíssima, a responsabilidade por infrações não se transfere aos responsáveis tributários.

**Art. 43** - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.

§ 1º. Não será considerada espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionadas com a infração.

§ 2º. A denúncia espontânea acompanhada do parcelamento não produzirá os efeitos previstos pelo caput deste artigo.

§ 3º. A exclusão da responsabilidade por infração também é aplicada às obrigações tributárias acessórias.

## TÍTULO VII - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44** - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**Art. 45** - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**Art. 46** - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos nesta



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

## CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção I - Do Lançamento

**Art. 47** - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo,

I- verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II- determinar a matéria tributável;

III- calcular o montante do tributo devido;

IV- identificar o sujeito passivo;

V- propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 48** - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

**Art. 49** - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I- lançamento direto: quando sua iniciativa competir exclusivamente à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável ou a terceiro que disponha desses dados;

II- lançamento por homologação: quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de prestar informações e antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III- lançamento por declaração: quando for efetuado pelo Fisco após a apresentação das informações do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato, indispensável a sua efetivação.

§ 1º. A omissão ou o erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte da sua obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º. O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito sob-condição resolutiva de sua ulterior homologação expressa ou tácita.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 4º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 5º. É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação expressa do pagamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirando esse prazo sem pronunciamento da Fazenda Municipal, considera-se tacitamente homologado aquele, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, casos em que será observado o prazo referido no art.80, I, desta Lei complementar.

**Art. 50** - As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I- lançamento de ofício: quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

a) quando não for prestada declaração por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária;

b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, apedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusar-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

c) quando se comprovar falsidade, erro ou omissão a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória; quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;

d) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar a aplicação de penalidade pecuniária; quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

e) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

f) quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou a omissão pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

g) nos demais casos expressamente designados em lei.

II- lançamento aditivo ou suplementar: quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o Fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução;

III- lançamento substitutivo: quando em decorrência do erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

**Art. 51** - O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte pelas seguintes formas:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

I- notificação real, através da entrega pessoal da notificação ou com a remessa do aviso por via postal com aviso de recebimento – “AR”;

II- notificação ficta, por meio de publicação do aviso no órgão oficial do Município, quando frustrada a notificação real prevista no inciso anterior.

**Art. 52** - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-la pessoalmente ou através de via postal não implica em dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

**Art. 53** - É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando a base de cálculo do tributo não puder ser exatamente aferida.

§ 1º. O arbitramento determinará, justificadamente, a base tributária presuntiva.

§ 2º. O arbitramento a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

## **Seção II - Da Fiscalização**

**Art. 54** - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I- exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constitua ou possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

II- fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliação nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação, ou nos bens que constituem matéria tributável;

III- exigir informações escritas ou verbais;

IV- notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;

V- requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentação dos contribuintes e responsáveis.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade ou que sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º. Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.

§ 3º. A Administração Tributária se limitará a examinar os documentos tão somente acerca dos pontos objetos da investigação tributária.

**Art. 55** - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à Fazenda Municipal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

I- os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

II- os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III- as empresas de administração de bens;

IV- os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V- os inventariantes;

VI- os síndicos, comissários e liquidatários;

VII- os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;

VIII- os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;

IX- os responsáveis por repartições do governo federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta;

X- os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

XI- quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo e ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações sobre bens, negócios ou atividades de terceiros.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja constitucional ou legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

**Art. 56** - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação por qualquer meio para qualquer fim, por parte do Fisco ou de seus servidores, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§ 1º. Executam-se do disposto neste artigo.

I- os casos de requisição regular de autoridade judiciária, no interesse da Justiça.

II- a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações entre órgãos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966);

III- as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa;

IV- as informações relativas a:

- a) representações fiscais para fins penais;
- b) inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- c) parcelamento ou moratória.

§ 2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 57** - O Município, por decreto, instituirá os livros, declarações e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, por meio manual ou eletrônico, a fim de apurar os elementos necessários ao lançamento de tributos.

**Art. 58** - A autoridade que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir a diligência.

## **Seção III - Da Cobrança e Reconhecimento**

**Art. 59** - A cobrança e o reconhecimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação de cada espécie tributária.

**Art. 60** - O pagamento não importa em automática quitação do crédito fiscal, valendo o recibo como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

**Art. 61** - Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de rever deste o total do desembolso.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. A obrigação de recolher, imputada ao servidor, é subsidiária e não o excluem das responsabilidades disciplinares e criminais cabíveis.

**Art. 62** - O Município poderá firmar convênios com estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com sede, agência ou escritório no território deste ou de outro Município, neste último caso quando o número de contribuintes nele domiciliados justificar a medida, visando o recebimento de tributos ou penalidades pecuniárias, vedada a atribuição de qualquer parcela de arrecadação a título de remuneração, bem como o recebimento de juros desses depósitos.

Parágrafo único. A Fazenda Municipal também poderá contratar com particulares para a execução da cobrança administrativa ou judicial dos créditos tributários vencidos, no caso de não contar com recursos materiais e corpo funcional, próprio suficiente para a realização eficiente da cobrança tributária.

**Art. 63** - A Fazenda Municipal poderá levar a protesto as certidões da dívida ativa de qualquer valor, antes do ajuizamento da execução fiscal, conforme estabelecido em decreto.

## **CAPÍTULO III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

### **Seção I - Das Modalidades de Suspensão**

**Art. 64** - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I- a moratória;

II- o depósito judicial do seu montante integral, nos termos dos artigos 539 e seguintes do Código de Processo Civil;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

III- o depósito administrativo do seu montante integral, com rito processual previsto nos artigos 194 a 198 desta Lei Complementar;

IV- as reclamações e os recursos, nos termos definidos nos artigos 184 a 192 desta Lei Complementar;

V- a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

VI- a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VII- a sentença ou acórdão ainda não transitados em julgado, que acolham a pretensão do sujeito passivo tributário;

VIII- o parcelamento.

§ 1º. A suspensão da exigibilidade do crédito não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes, exceto na hipótese de expressa determinação judicial.

§ 2º. As hipóteses de suspensão previstas neste artigo decorrentes de decisão judicial apenas impedem a cobrança do tributo discutido e seus acessórios, restando íntegro o direito de fiscalização e constituição do crédito respectivo, com a aplicação de juros moratórios e correção monetária, para fins de prevenção da decadência.

§ 3º. Na hipótese do § 2º, não caberá multa sancionatória ou moratória, enquanto não cessar a causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## Seção II – Da Moratória

**Art. 65** - Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

**Art. 66** - A moratória somente poderá ser concedida.

I- em caráter geral, por Lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II- em caráter individual, por despacho de autoridade administrativa, observados os requisitos legais e a requerimento do sujeito passivo.

**Art. 67** - A lei que conceder moratória em caráter geral ou o despacho que a conceder em caráter individual obedecerão aos seguintes requisitos:

I- Na concessão em caráter geral, a lei especificará o prazo de duração do favor e, sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

b) o número de prestações e os seus vencimentos.

II- na concessão em caráter individual, a lei especificará as formas e as garantias para concessão do favor;

III- o número de prestações não excederá a 12 (doze) e o seu vencimento será mensal e consecutivo, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;

IV- o não pagamento de uma das prestações implicará no cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor na dívida ativa, para efetivação do protesto ou cobrança executiva.

**Art. 68** - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.

I- com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II- sem imposição de penalidades, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para o efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## Seção III - Da Cessação do Efeito Suspensivo

**Art. 69** - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito Tributário.

I- pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 70 desta Lei Complementar;

II- pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 85 desta Lei;

III- pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV- pela cassação da medida liminar ou tutela antecipada concedida em ações judiciais;

V- pelo descumprimento da moratória ou parcelamento.

## CAPÍTULO IV - DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### Seção I - Das Modalidades de Extinção

**Art. 70** - Extinguem o crédito tributário.

I- o pagamento;

II- a compensação, conforme procedimento específico previsto nesta Lei;

III- a transação;

IV- a remissão;

V- a prescrição e a decadência;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

- VI- a conversão do depósito em renda;
- VII- o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;
- VIII- a consignação em pagamento, quando julgada procedente;
- IX- a dação em pagamento de bens imóveis, com procedimento específico definido nesta Lei;
- X- a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- XI- a decisão judicial transitada em julgado.

## Seção II - Do Pagamento

**Art. 71** - As formas e os prazos para o para o pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária serão estabelecidos pelas legislações específicas de cada modalidade tributária serão estabelecidos pelas legislações específicas de cada modalidade tributária, sendo permitida a fixação da data do vencimento por meio de ato infralegal.

**Parágrafo único.** Quando a legislação tributária específica for omissa quanto à data de vencimento, o pagamento do crédito tributário deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após a data da notificação do sujeito passivo acerca da sua constituição.

**Art. 72** - O pagamento poderá ser efetuado em moeda corrente no País.

**Art. 73** - O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

I- quando parcial, das prestações em que se decompõem;

II- quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

## Seção III – Da Compensação

**Art. 74** - Fica autorizada a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

§ 1º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante será apurado com redução correspondente a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 2º. A compensação será efetuada mediante processo administrativo previsto nos artigos 206 a 211 desta Lei Complementar, e extinguirá o crédito tributário sob condição resolutive de sua ulterior homologação.

§ 3º. O prazo para homologação tácita da compensação pleiteada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco), contado da data da entrada do processo administrativo.

§ 4º. Relativamente aos débitos que se pretendeu compensar, quando não ocorrer a homologação, o pedido do sujeito passivo constituirá confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência desses créditos tributários.

**Art. 75** - É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes de trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

## Seção IV - Da Transação

**Art. 76** - Lei municipal específica pode autorizar o Poder Executivo a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminar litígio e, conseqüentemente, extinguir o crédito tributário a ele referente.

Parágrafo único. A lei autorizadora estipulará as condições e garantias sob as quais se dará a transação, observados os requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## Seção V - Da Remissão

**Art. 77** - Lei municipal específica pode conceder remissão total ou parcial d crédito tributário, observados os requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 78** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a não ajuizar créditos cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

## Seção VI - Da Prescrição

**Art. 79** - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

§ 1º. A prescrição se interrompe:

I- pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

II- pelo protesto judicial;

III- por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 7º. O sujeito passivo poderá requerer a substituição dos bens arrolados, cuja apreciação ficará a critério da Administração Tributária.

§ 8º. Na execução fiscal, a Procuradoria do Município poderá aceitar outros bens à penhora, quando, então, o arrolamento perderá seus efeitos.

§ 9º. O bem arrolado deverá ser posteriormente convertido em penhora, exceto na hipótese do parágrafo anterior ou em caso de decisão judicial em contrário.

§ 10º. Os bens arrolados deverão ser especificados em sua quantidade, conservação, qualidade e título de propriedade, com as provas documentais correspondentes.

## TÍTULO XV - DO CADASTRO FISCAL

### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 223** - O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I- o Cadastro mobiliário;

II- o Cadastro de Industriais, Comerciantes e Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.

§ 1º. O Cadastro Imobiliário compreende:

a) os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas a urbanização;

b) as edificações existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas e urbanizáveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. O Cadastro de Industriais, Comerciantes e Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza, compreende as pessoas físicas e jurídicas que explorem atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, com ou sem finalidade lucrativa.

**Art. 224** - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida.

I- pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II- por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III- pelo compromissário-comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV- de ofício, em se tratando de imóvel federal, estadual, municipal, ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

V- pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

**Art. 225** - Para efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a protocolar, na repartição competente, requerimento de inscrição para cada imóvel, que contenha as seguintes informações:

I- seu nome e qualificação;

II- número anterior, no Registro de Imóveis, ou registro do título relativo ao terreno;

III- localização, dimensões, área e confrontações do terreno;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

IV- uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;

V- informações sobre o tipo de construção, dimensões da área construída, área do pavimento térreo, número de pavimento, número e natureza dos cômodos e data da conclusão da construção;

VI- indicação da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil, e do número de seu registro no Registro de Imóveis competente;

VII- valor constante do título aquisitivo;

VIII- se tratar de posse, indicação do título que a justifica, se existir;

IX- endereço para a entrega de avisos de lançamento e notificações;

§ 1º. São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação da planta ou croqui.

I- as glebas sem quaisquer melhoramentos;

II- as quadras indivisas das áreas arruadas.

§ 2º. A inscrição será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.

§ 3º. Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade transcrito, ou de compromisso de compra e venda.

§ 4º. Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista nesta Lei Complementar para os faltosos.

§ 5º. Equipara-se ao contribuinte faltoso o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões.

**Art. 226** - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde a ação tramitou.

Parágrafo único. Incluem-se também na situação prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

**Art. 227** - Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, no mês de julho de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados, definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e sua qualificação, o número de quadra e de lote, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Imobiliário.

**Art. 228** - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que possam afetar as bases de cálculo dos lançamentos dos tributos municipais.

**Art. 229** - A concessão de "habite-se" à edificação nova ou a de aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada só se completará coma remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e com a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## CAPÍTULO III – DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INDUSTRIAIS, COMERCIANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

**Art. 230** – A inscrição no Cadastro de Industriais, Comerciantes e Prestadores de Serviços serão feitos pelo contribuinte ou seu representante por meio de formulário ou eletronicamente, através do site da Fazenda Pública do Município Bugre.

§ 1º. Entende-se por industrial ou comerciante, para os efeitos de tributação municipal, as pessoas jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas pela legislação estadual e regulamentos.

§ 2º. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, serviços de qualquer natureza, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Fiscal, mesmo nos casos de não incidência, imunidade ou isenção fiscal.

§ 3º. A inscrição deverá ser feita antes do início das atividades.

**Art. 231** – A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

**Art. 232** – A cessão e o encerramento das atividades do contribuinte serão comunicados à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotada no cadastro.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 1º. A baixa da atividade no Cadastro Fiscal não implica a quitação ou dispensa de pagamento de quaisquer débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte.

§ 2º. As inscrições não movimentadas por período previsto em regulamento poderão ser desativadas de ofício, suspendendo-se, a partir daí, os lançamentos tributários bem como as autorizações e emissões de documentos de qualquer ordem.

§ 3º. A situação de inatividade prevista no parágrafo anterior poderá ser revertida mediante provocação do contribuinte, que justificará a não movimentação de seu cadastro em período pretérito.

§ 4º. Admitir-se-á a baixa retroativa do Cadastro Fiscal desde que inexistam indícios de fato gerador de tributos relativamente a período anterior ao do requerimento do encerramento.

§ 5º. Havendo documentos ou registros que supostamente indiquem a continuidade da atividade pelo contribuinte, caberá a este provar inequivocamente o contrário.

**Art. 233** - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam a aceitação pelo Fisco, que poderá revê-la a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 234** - Para os efeitos deste Capítulo, considera-se estabelecimento o local, fixo ou não, de exercício de qualquer atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência.

**Art. 235** - Constituem estabelecimentos distintos, para efeitos de inscrição no cadastro:

I- os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II- os que, embora sob mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os pavimentos de um mesmo imóvel.

**Art. 236** - O cadastro fiscal do Município é autônomo e independente de quaisquer outras inscrições fiscais e/ou licenças para o exercício de atividades no seu território.

§ 1º. O cadastramento fiscal regulariza apenas a situação tributária do contribuinte, não impostando em licença para o exercício de atividades no Município, que fica na dependência do respectivo alvará de funcionamento.

§ 2º. As inscrições e alterações no cadastro fiscal serão efetuadas sempre previamente à solicitação do alvará de licença, e dele independem.

§ 3º. Incidirão normalmente os tributos devidos pelo exercício da atividade, ainda que praticada sem o alvará correspondente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

§ 4º. Em caso de não liberação do alvará, o cadastro fiscal permanecerá ativo e os tributos continuarão incidindo até que o estabelecimento seja interditado pelo setor competente da Prefeitura.

## CAPÍTULO IV - DAS PENALIDADES

**Art. 237** - Aos contribuintes que não cumprirem as exigências cadastrais imobiliárias do Capítulo II deste Título, será imposta multa equivalente a 150 (cento e cinquenta) UFB para cada infração cometida.

**Art. 238** - Aos contribuintes que deixarem de efetuar, no prazo legal, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou o encerramento de atividade, no que tange ao cadastro fiscal mobiliário regulado pelo Capítulo III deste Título, será imposta multa de 150 (cento e cinquenta) UFB por cada infração cometida.

**Art. 239** - Aos contribuintes que promoverem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando ficar evidenciado não terem ocorrido as causas que foram apresentadas para tanto, no que tange a ambos os cadastros, será imposta multa de 500 (quinhentos) UFB por cada infração cometida.

**Art. 240** - Na aplicação das multas de que tratam os artigos anteriores, observar-se-á o disposto no Título X do Livro Primeiro.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## TÍTULO I - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -

### IPTU

#### CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR

##### Seção I - Dos Elementos Material e Espacial

**Art. 241** - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse com *animus dominus*, de imóveis edificados ou não, situados na zona urbana do Município ou nas áreas referidas no § 3º deste artigo.

§ 1º. Considera-se edificado o imóvel no qual exista construção apta a servir para habitação, uso, recreio ou para o exercício de quaisquer atividades, lucrativas ou não, seja qual for sua forma ou destino aparente ou declarado, ressalvadas as construções a que se refere o parágrafo seguinte.

§ 2º. Considera-se terreno o solo sem feitorias ou edificações, bem como o terreno que contenha:

- I- construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II- construção em andamento ou paralisada;
- III- construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;
- IV- construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para destinação ou utilização pretendida.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 3º. Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

I- meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

II- abastecimento de água;

III- sistema de esgoto sanitário;

IV- rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 4º. Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

## **Seção II - Do Elemento Temporal**

Art. 242 - Tem-se por ocorrido o fato gerador do IPTU em 1º de janeiro de cada exercício, observando-se o disposto no artigo 241 desta Lei Complementar.

## **Seção III - Dos Elementos Pessoais**

Art. 243 - Sujeito ativo da obrigação é a Fazenda Pública do Município Bugre.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Art. 244 - É contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

## Seção IV - Dos Elementos Quantitativos

### Subseção I - Da Base de Cálculo

Art. 245 - A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel.

Parágrafo único. Na quantificação do valor venal do bem imóvel, não serão considerados:

I- o valor dos bens móveis que guarnecem o imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II- o valor das construções ou edificações, nas hipóteses previstas nos incisos do art. 241, § 2º, desta Lei Complementar.

Art. 246 - O valor venal do imóvel, englobando o terreno e as construções nele existentes, será obtido da seguinte forma:

I- para o terreno, na forma do artigo anterior;

II- para a construção, multiplicando-se a área construída pelo valor do metro quadrado correspondente ao tipo e padrão da construção, aplicado os fatores de correção.

§ 1º. O valor do metro quadrado do terreno e os fatores corretivos constarão da Planta Genérica de Valores.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Nos casos de imóveis não cadastrados ou que não possuem referência na Planta Genérica de Valores, será este determinado pelo órgão municipal competente com base em valores equivalentes aos imóveis lindeiros ou confinantes, guardadas as diferenças físicas.

§ 3º. O valor do metro quadrado da construção e os fatores corretivos constarão da Planta Genérica de Valores, conforme as classificações e conceitos nela estabelecidos.

**Art. 247** - O valor unitário do metro quadrado do terreno, estabelecido na Planta Genérica de Valores, corresponderá:

- I- ao da face da quadra da situação do imóvel;
- II- no caso de imóvel não construído, com mais de uma frente, considerar-se-á como frente principal a que estiver para a rua mais valorizada;
- III- no caso de imóvel com construção em terreno de esquina ou com mais de uma frente será considerada frente do imóvel o logradouro para o qual o prédio tenha a sua fachada efetiva ou principal;
- IV- no caso de imóvel interno ou de fundo, ao do logradouro que lhe dá acesso, ou, havendo mais de um logradouro de acesso, ao daquele de maior valor;
- V- para terreno encravado, ao do logradouro correspondente à servidão de passagem.

Parágrafo único. Nos terrenos ligados a logradouros por passagem de pedestre, deverá ser adotado pelo Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal o valor atribuído às ruas laterais ou a logradouro que der acesso à mesma.

**Art. 248** - Para efeito do disposto nesta Lei Complementar, considera-se:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- I- imóveis de esquina aquele cujo ângulo formado pela intercessão dos alinhamentos dos respectivos logradouros seja inferior a 135 graus;
- II- terrenos de duas ou mais frentes, aquele que possui mais de uma testada para logradouros públicos, sem estar localizado na sua confluência;
- III- terreno encravado, aquele que não se comunica com a vida pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel;
- IV- terreno de fundo, aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública por um corredor de acesso com largura igual ou inferior a 4 (quatro) metros;
- V- terreno interno, aquele localizado em vila, passagem ou travessa ou local assemelhado, acessório da malha viária do Município ou de propriedade de particulares, não relacionados em Listagem de Valores.

**Art. 249** - Os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem na Planta Genérica de Valores terá seus valores unitários de metros quadrados de terrenos fixados pelo órgão competente da Prefeitura Municipal Bugre, mediante processo avaliativo.

§ 1º. Em casos de loteamentos ou condomínios horizontais ou verticais novos e que não constem da Planta Genérica de Valores, deverá ser adotado o valor encontrado por processo avaliativo.

§ 2º. Em qualquer caso, o valor resultante de procedimento de avaliação individual e concreta, prevalecerá sobre os valores arbitrados da Planta Genérica de Valores.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 250** - Serão considerados como gleba os terrenos com área superior a 6.000 m<sup>2</sup>, sem construção, desprovidos de melhoramentos e suscetíveis de urbanização para aproveitamento.

Parágrafo único. Não serão considerados gleba os imóveis com a área referida no caput deste artigo, mas que já sejam originárias de loteamento ou parcelamento imobiliário.

**Art. 251** - O valor venal dos imóveis para efeito de tributação pelo Imposto Predial e Territorial Urbano será obtido pela soma do valor venal dos terrenos e edificações a ele incorporadas, observado os fatores constantes da Planta Genérica de Valores.

## Subseção II - Da Alíquota

**Art. 252** - As alíquotas aplicáveis sobre a base de cálculo serão as constantes do Anexo I, Tabela 5, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 253** - As alíquotas poderão ter:

- I- progressividade fiscal com base no valor venal do imóvel;
- II- progressividade extra fiscal no tempo, visando garantir o cumprimento da função social da propriedade, observando, neste último caso, a regra do art. 182, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e também as prescrições da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto das Cidades.

## CAPÍTULO II - DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

**Art. 254** - O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano será anual e direto, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário, nas declarações e informações prestadas



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

pelo contribuinte ou apuradas de ofício, e tomando-se por base a situação fática do imóvel, quando da ocorrência do fato imponible, nos termos do art. 242 desta Lei Complementar.

§ 1º. Quaisquer modificações introduzidas no imóvel posteriormente à ocorrência do fato gerador do IPTU somente serão consideradas para o lançamento do exercício seguinte.

§ 2º. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto de ofício, por meio de lançamento suplementar ou substitutivo.

§ 3º. Quando não alcançados pela aplicação da Planta Genérica de Valores, o valor mínimo para lançamento do IPTU será de 50 (cinquenta) UFB.

**Art. 255** - O lançamento do imposto será distinto para cada imóvel ou unidade autônoma, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencentes ao mesmo proprietário.

**Art. 256** - Far-se-á o lançamento em nome de quem estiver inscrito o imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, observadas as seguintes regras:

I- nos casos de condomínio pro indiviso, será efetuado em nome de um, de alguns ou de todos os coproprietários, sem prejuízo, nos dois primeiros casos, da responsabilidade solidária dos demais;

II- nos casos de condomínio, com unidades autônomas, será efetuado em nome dos respectivos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de cada unidade autônoma;

III- nos casos de compromissos de compra e venda, será efetuado em nome do promitente vendedor ou do promissário comprador ou de ambos, a juízo da autoridade lançadora;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

IV- nos casos de imóveis objetos de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário e do fiduciário, respectivamente;

V- nos casos de imóveis em inventário, em nome do espólio, e, ultimada a partilha, em nome dos sucessores;

VI- nos casos de imóveis pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação, será efetuado em nome das mesmas.

Parágrafo único. Não sendo conhecido o proprietário ou possuidor de direito, o lançamento será efetuado em nome de quem esteja na posse do imóvel.

**Art. 257** - Os imóveis que passarem a construir objeto de incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano será tributado a partir do exercício seguinte.

**Art. 258** - O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega da notificação, carnê ou guia para pagamento, pessoalmente ou pelo correio, no próprio local do imóvel ou no local indicado pelo contribuinte.

§ 1º. A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

§ 2º. Para todos os efeitos de direito, no caso do caput deste artigo e respeitadas suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, a entrega das guias de arrecadação para pagamento.

**Art. 259** - O pagamento do IPTU será feito à vista ou em parcelas mensais, conforme dispuser o regulamento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 260** - O contribuinte que efetuar o pagamento do imposto à vista, até o vencimento da primeira parcela, gozará de um desconto de 10% (dez por cento) sobre o seu valor.

**Art. 261** - O sujeito passivo poderá impugnar o lançamento realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, através de pedido de avaliação contraditória, que tramitará de acordo com as normas processuais administrativas previstas em lei complementar municipal.

## **CAPÍTULO III - DAS ISENÇÕES**

**Art. 262** - Fica isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, obedecidos aos requisitos previstos nos incisos abaixo e também nos artigos subsequentes, o imóvel de propriedade.

I- do ex-combatente da Revolução Constitucionalista de 1.932, desde que nele resida;

II- do ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira ou ex-participante efetivo de operações militares da 2ª Guerra Mundial, desde que nele resida;

III- das associações de moradores, assim entendidas aquelas legalmente constituídas em Assembleia Geral, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos e cujo Estatuto Social esteja devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, organizadas para a prestação de serviços sócio comunitários.

## **TÍTULO II - DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS**

### **CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR**

#### **Seção I - Dos Elementos Material e Temporal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 263** - O imposto sobre a Transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI tem como fato gerador:

I- a compra e venda pura ou condicional;

II- a dação em pagamento;

III- a permuta;

IV- a arrematação, a adjudicação e a remição;

V- a transmissão de imóveis e direitos a eles relativos, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, que forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, bem como a qualquer herdeiro ou legatário, acima da respectiva meação ou quinhão;

VI- a superfície, as servidões, o usufruto, o uso, a habitação, a promessa de compra e venda, sem cláusula de arrependimento, desde que registrada no Ofício de Imóveis, e as respectivas cessões de tais direitos reais;

VII- a concessão de direito real de uso;

VIII- a transmissão de fração de bem imóvel em extinção de condomínio, acima da quota-parte ideal de qualquer dos condôminos;

IX- a incorporação de bens imóveis e direitos a eles relativos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, quando esta tiver como atividade preponderante a compra e venda, a locação e o arrendamento mercantil de bens imóveis;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

X- a transferência de bem ou direito do patrimônio de pessoa jurídica para um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;

XI- a transferência de bem ou direito ao patrimônio de pessoa jurídica para pagamento de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital;

XII- a promessa de compra e venda e demais contratos, desde que possuam força de escritura pública.

§ 1º. Para a determinação do tempo de ocorrência do fato gerador do imposto, consideram-se celebrados os negócios elencados nos incisos deste artigo no momento da lavratura da escritura pública ou particular respectiva, independentemente de registro do título no competente ofício de imóveis, observada a parte final do inciso VI deste artigo.

§ 2º. Nas permutas, cada permutante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

§ 3º. Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, por ocasião do ato translativo da propriedade.

§ 4º. A anulação do negócio jurídico é irrelevante para incidência do imposto.

**Art. 264 - É imune ao imposto:**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

I- a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;

II- a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção total ou parcial de pessoa jurídica;

III- a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

§ 1º. O disposto nos incisos I, II e III deste artigo não se aplica quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância de sua atividade com base nos 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º. Se o adquirente desempenhar outras atividades além daquelas previstas no § 1º, a imunidade poderá ser reconhecida de imediato mediante declaração firmada pelo próprio adquirente de que a sua atividade preponderante não se relaciona com as atividades executadas, fato que será objeto de ulterior averiguação e homologação da Fiscalização.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 5º. Verificada a preponderância excludente da imunidade, o ITBI será dividido nos termos da lei vigente à época da aquisição, com todos os acréscimos legais.

§ 6º. O prazo decadencial de 5 (cinco) anos para a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário relativo à revogação da imunidade pelo descumprimento das exigências previstas nos §§ 2º e 4º deste artigo, somente será iniciado a partir do ano seguinte ao do término dos prazos de 2 (dois) ou de 3 (três) anos, tratados, respectivamente, nesses parágrafos.

**Art. 265** - Não haverá nova incidência do ITBI no momento do retorno do bem ao domínio do antigo proprietário, por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

**Art. 266** - Nos contratos de alienação fiduciária em garantia, apenas ocorrerá à incidência do ITBI fiduciariamente consolidar-se cumprimento do financiamento contratado. Se e quando em favor da propriedade do bem alienado agente-fiduciário, pelo não cumprimento do financiamento contratado.

## Seção II - Do Elemento Espacial

**Art. 267** - O imposto de que trata este Título refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território deste Município.

**Art. 268** - Na hipótese de o imóvel ocupar área pertencente a mais de um município, o lançamento far-se-á proporcionalmente, considerando o valor da parte do imóvel localizada no Município Bugre.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## Seção III - Dos Elementos Pessoais

Art. 269 - São contribuintes do imposto o adquirente ou cessionário do bem ou direito adquirido, respectivamente.

Art. 270 - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto e seus acréscimos:

I- o transmitente;

II- o cedente;

III- os tabeliões, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis, na impossibilidade de recebimento do crédito tributário do contribuinte;

IV- o agente financeiro, em caso de financiamento imobiliário.

§ 1º. Para transmissão ou cessão de imóvel, o transmitente ou cessionário deverá estar regular com todas as obrigações tributárias relativas ao imóvel objeto da transação e demais obrigações de qualquer natureza com o fisco municipal.

§ 2º. Os imóveis que possuam débitos parcelados, só poderão ser transmitidos após o pagamento de todas as parcelas.

## Seção IV - Dos Elementos Quantitativos

### Subseção I - Da Base de Cálculo

Art. 271 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

§ 1º. Entende-se por valor venal o valor corrente de mercado do bem ou direito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Compreende a base de cálculo, o terreno, as construções e benfeitorias incorporadas à ele de forma permanente, independente de registro ou averbações.

§ 3º. Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

**Art. 272** - Na arrematação judicial e extrajudicial, na adjudicação e na remição de bem imóvel, a base de cálculo do imposto será o valor pelo qual o bem foi arrematado, adjudicado ou remido.

**Art. 273** - A base de cálculo do ITBI não será inferior àquela utilizada para fins de lançamento do IPTU no exercício do negócio jurídico.

§ 1º. Na inexistência de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, os atos translativos somente serão celebrados mediante a apresentação de certidão dos valores do metro quadrado do terreno e/ou da construção, conforme o caso, expedida pela unidade competente do Município.

§ 2º. Em caso de imóvel rural, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor fundiário do imóvel constante da última Declaração para efeito do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, enquanto que os atos translativos somente serão celebrados mediante a apresentação de certidão dos valores do metro quadrado do terreno, conforme o caso, expedida pela unidade competente do Município.

**Art. 274** - Os oficiais e demais serventuários de cartórios exigirão, como condição para a prática de atos atinentes a seu ofício, a observância, pelo contribuinte, da base tributária estabelecida no artigo anterior, sem prejuízo da Administração Tributária lavrar lançamento de ofício sobre eventual diferença apurada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 275** - Para avaliação do imóvel e apuração da base de cálculo, deverá ser apresentada a Guia de Informações, com a descrição completa do imóvel, suas características, suas benfeitorias, inscrição cadastral se urbano, qualificação completa do transmitente e do adquirente, endereço completo e outros elementos que possibilitem a perfeita identificação do imóvel.

§ 1º. A Guia de Informações, deverá conter a assinatura, nome por extenso legível e ao menos 2 (dois) telefones para contato do adquirente ou cessionário.

§ 2º. A emissão da guia de que trata este artigo, será feita pelo oficial de registro, antes da transcrição, na hipótese de registro da carta de adjudicação.

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, fica dispensada a descrição dos imóveis na guia, se a ela for anexada cópia da carta de adjudicação.

§ 4º. A omissão de informação ou a prestação de declarações falsas na Guia de Informação, configuram hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no artigo 2º da Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1.990, sujeitando-se o infrator às sanções penais e administrativas cabíveis.

§ 5º. Instituirão o processo de ITBI.

- a) a Guia de Informações prevista neste Artigo;
- b) a Certidão de Inteiro Teor expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis há menos de 30 (trinta) dias;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- c) a Certidão Negativa de Débitos relativa ao transmitente do imóvel objeto, expedida pela Prefeitura Municipal de Bugre;
- d) a cópia do CPF do adquirente e do cessionário;
- e) o espelho do imóvel com suas informações cadastrais na Prefeitura;
- f) cópia do ITR, quando imóveis rurais;
- g) cópia da guia de IPTU, quando imóveis urbanos.

**Art. 276** - Havendo divergência entre os dados constantes do Cadastro Imobiliário do Município e os dados constantes da Certidão de Inteiro Teor expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, esta deverá ser sanada anteriormente à protocolização do processo de ITBI, no setor competente da Prefeitura.

**Art. 277** - A não apresentação de qualquer dos documentos ou o não atendimento a qualquer das exigências contidas no artigo 276 impedirá o Setor de Tributação da Prefeitura de protocolizar os processos de ITBI.

**Art. 278** - Em casos excepcionais, com pedido devidamente fundamentado pelo contribuinte, poderão ser substituídos por outros ou admitidos com ressalvas, os documentos e/ou exigências contidas no artigo 276, devendo nesses casos, o Setor de Tributação proceder à análise e emitir parecer.

**Art. 279** - Poderão ser solicitados outros documentos que se julgue necessários ou pertinentes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 280** - As vistorias *in loco* serão agendadas antecipadamente pelo Fiscal responsável, por meio do contato anotado na Guia de Informações, incumbindo-se o responsável, por franquear o imóvel ao acesso do Fiscal.

Parágrafo único. As vistorias agendadas que não se concretizarem pela ausência do responsável, por franquear o imóvel à vista do Fiscal ou por qualquer outro motivo decorrente de iniciativa ou inércia do próprio contribuinte, serão agendadas apenas mais uma vez, a pedido por escrito do interessado, em data oportunamente definida pelo Fiscal, após o que, reincidindo-se a impossibilidade da vistoria, o processo será arquivado.

**Art. 281** - A falta de exatidão de declaração, relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto, com evidente intuito de fraude, sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto devido, além das responsabilizações penais e administrativas cabíveis.

Parágrafo único. Igual penalidade será aplicada a qualquer pessoa, inclusive serventuário ou servidor, que intervenha no negócio jurídico ou na declaração e seja conivente ou auxiliar, na inexatidão ou omissão praticada.

**Art. 282** - As penalidades constantes deste Capítulo, serão aplicadas sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível.

§ 1º. O serventuário ou funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento ou redução do seu valor, ficará sujeito às mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para o recolhimento de multa pecuniária.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. No caso específico de servidor encarregado da avaliação, para fins de cálculo e recolhimento do imposto, que for conivente, auxiliar ou contribuir para o não pagamento ou redução do valor do referido imposto, além de multa pecuniária a que estiver sujeito, ser-lhe-ão ainda aplicadas as penalidades previstas em Regulamento ou Estatuto.

## Subseção II - Das Alíquotas

**Art. 283** - Sobre a base de cálculo composta nos termos da Subseção anterior, serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I- nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação, em relação à parcela financiada: 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

II- nas demais transmissões, bem como em relação à parcela não financiada na hipótese tratada no inciso anterior: 2,00% (dois por cento).

## CAPÍTULO II - DO RECOLHIMENTO

**Art. 284** - Ressalvando o disposto nos parágrafos seguintes, o imposto será pago mediante documento próprio de arrecadação, na forma regulamentar, antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide se por instrumento público, e no prazo de 10 (dez) dias de sua data, se por instrumento particular.

§ 1º. Se o ato for celebrado por instrumento público após o encerramento do expediente bancário e o fato fique ali mencionado, o Imposto sobre Transmissão inter vivos poderá ser recolhido no primeiro dia útil subsequente, sem qualquer ônus.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias da assinatura da carta de arrematação extrajudicial ou do auto da arrematação, remissão ou adjudicação, conforme o caso, ainda que não extraídas as respectivas cartas.

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, caso sejam oferecidos embargos, a contagem do prazo iniciará a partir do trânsito em julgado da sentença que os rejeitar.

§ 4º. Nas transmissões realizadas por termo ou em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias contados do termo ou do trânsito em julgado da sentença.

§ 5º. Nas hipóteses dos incisos IX a XI do art. 264 desta Lei Complementar, o pagamento deverá ser efetuado dentro de 10 (dez) dias do registro dos atos na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

## **CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES**

**Art. 285** - Comprovada pela Fiscalização a falsidade das declarações consignadas em escrituras públicas ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, relativamente ao valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, ao imposto devido será acrescida a multa de 100% (cem por cento), calculada sobre o montante do débito apurado monetariamente corrido.

Parágrafo único. Pela infração prevista no caput deste artigo respondem solidariamente com o contribuinte o alienante ou cedente do bem ou direito e, nos atos em que intervierem, com ação ou omissão dolosa, os tabeliães, escrevendo e demais que



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

intervierem, com ação ou omissão dolosa, os tabeliães, escreventes e demais serventuários de ofício.

## **CAPÍTULO IV - DOS DEVERES INSTRUMENTAIS DOS OFICIAIS DE CARTÓRIOS E OUTROS**

**Art. 286** - Os tabeliães, escrevães e demais serventuários de ofício exigirão do contribuinte, antes da prática dos atos atinentes a seu ofício, prova.

I- do pagamento do ITBI;

II- do reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência.

**Art. 287** - Os tabeliães, escrevães, e demais serventuários de ofício ficam obrigados.

I- a facultar, aos encarregados da fiscalização, o exame em cartório dos livros, autos e papeis que interessem à arrecadação do ITBI;

II- a fornecer aos encarregados da Fiscalização, quando solicitado, certidões de atos lavrados ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

**Art. 288** - Os tabeliães ficam obrigados a comunicar à Fazenda Municipal, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao dos atos praticados, todas as translações de domínio imobiliário, identificando o objeto da transação, os nomes das partes e demais elementos necessários à atualização do cadastro imobiliário municipal, observando a forma disposta em regulamento.

**Art. 289** - As autoridades judiciárias e os escrevães farão remeter oportunamente os autos de inventário, arrolamento e demais feitos, com o respectivo documentário fiscal, à Fazenda



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

Municipal, com vistas ao exame e lançamento do imposto, sempre que houver transmissão tributável inter vivos.

## TÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

### CAPÍTULO I

#### Seção I - Do Elemento Material

**Art. 290** - O imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços constantes do Anexo II, Tabela I, que é parte integrante desta Lei Complementar, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação lá se tenha iniciado.

§ 2º. O imposto de que trata este Título incide ainda sobre os serviços prestados mediante utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 3º. A incidência do imposto independe:

I- da existência de estabelecimento fixo;

II- do resultado financeiro do exercício da atividade;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

III- do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

IV- do recebimento do preço do serviço prestado ou qualquer condição relativa à forma de sua remuneração;

V- da denominação dada ou da classificação contábil atribuída ao serviço prestado, prevalecendo sempre a sua verdadeira essência.

**Art. 291 - O imposto não incide sobre.**

I- as exportações de serviços para o exterior do País;

II- a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III- o valor intermediado no mercado de título e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os servidores desenvolvidos no País, cujo resultado se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

## Seção II - Do Elemento Temporal

**Art. 292 - O fato gerador ocorre no momento da execução do serviço, estando compreendida neste conceito a mera disponibilidade jurídica da prestação a que faz jus o tomador.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 293** - Nas hipóteses de serviços realizados por etapas, cada fase concluída gerará uma nova incidência.

## Seção III - Do Elemento Espacial

**Art. 294** - O serviço considera-se prestado e o imposto devido neste Município, quando o contribuinte possuir estabelecimento prestador ou domicílio tributário em seu território, executando-se as hipóteses abaixo elencadas, quando o imposto será devido no local:

I- do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 290 desta Lei Complementar;

II- da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III- da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV- da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V- das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI- da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista em anexa;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- VII- da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;
- VIII- da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;
- IX- do controle e tratamento de efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;
- X- do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;
- XI- da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;
- XII- da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;
- XIII- onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;
- XIV- dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;
- XV- do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

XVI- da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII- do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII- do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX- da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX- do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa;

XXI- do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII- do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII- do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador, nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º. Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou § 1º, ambos do art. 8º-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

**Art. 295** - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjunção, parcial ou total, entre outros, dos seguintes elementos:

I- manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

II- estrutura organizacional ou administrativa;

III- inscrição nos órgãos previdenciários;

IV- indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V- permanência ou ânimo de permanência no local, para exploração econômica de atividade de prestação de serviços.

§ 2º. Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o imposto será lançado por estabelecimento.

§ 3º. Consideram-se estabelecimentos distintos:

I- os que, embora no mesmo local, pertençam a diferentes pessoas, físicas ou jurídicas;

II- os que, embora pertencentes à mesma pessoa, física ou jurídica, estejam situados em locais diversos.

## Seção IV - Dos Elementos Pessoais

**Art. 296** - Sujeito ativo da obrigação é a Fazenda Pública do Município de Bugre.

**Art. 297** - Contribuinte é o prestador do serviço.

**Art. 298** - Ficam eleitos como responsáveis por substituição tributária os seguintes tomadores, contratantes, fontes pagadoras, intermediários de serviços que tenham relação com fatos geradores do ISSQN ocorridos neste Município:

I- as seguradoras;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

II- os hospitais, laboratórios, cooperativas e empresas de planos de saúde e convênios para a assistência médica e odontológica;

III- as instituições financeiras;

IV- órgãos da administração pública direta e indireta do Município, Estado e União;

V- as concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

VI- os estabelecimentos prestadores de serviços de construção civil listados nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços anexa a presente Lei Complementar;

VII- os estabelecimentos públicos e privados de ensino e treinamento;

VIII- os estabelecimentos prestadores de serviço de comunicação;

IX- o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, o condômino da unidade imobiliária não incorpora na forma da Lei nº 4.591, de 1.964, e a empresa construtora;

X- toda e qualquer pessoa jurídica, tomadora de serviços prestados por contribuinte estabelecido ou domiciliado em outro Município;

XI- a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º e § 5º do art. 302 desta Lei Complementar.

§ 1º. A responsabilidade por substituição de que trata este artigo não abrange.

I- os serviços sujeitos à tributação fixa, na forma dos arts. 304 e 305 desta Lei Complementar;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

II- os serviços prestados por contribuintes sediados em outro Município, quando a incidência do imposto ocorrer naquele local, e não no Município Bugre, conforme dispões o artigo 294 desta Lei Complementar.

§ 2º. As empresas optantes do Simples Nacional estão sujeitas à retenção do ISS pelo tomador, observado os termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2.006, e suas alterações.

§ 3º. Enquadrando-se a situação concreta em uma das hipóteses previstas neste artigo, e havendo a retenção por parte do substituto tributário, a responsabilidade do contribuinte estará excluída, cabendo ao tomador do serviço a obrigação de recolher o imposto devido e seus acréscimos legais.

§ 4º. Não havendo a devida retenção do imposto, o contribuinte e o substituto tributário responderão solidariamente pelo imposto devido, com seus respectivos acréscimos legais.

§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritivos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador de serviço.

**Art. 299** - O substituto tributário, nos termos do artigo anterior, recolherá o ISSQN aos cofres da Fazenda Pública Municipal até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal de serviço.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. Para o cálculo do imposto, multiplicar-se-á o valor do preço do serviço pela alíquota correspondente à atividade praticada, conforme as constantes do Anexo II, Tabela I, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 300** - Os responsáveis eleitos pelo art. 298 desta Lei Complementar ficam obrigados à entrega de declarações informativas das notas fiscais recebidas, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

**Art. 301** - No interesse da arrecadação e da administração fazendária, o Poder Executivo poderá suspender, no todo ou em parte, a aplicação do regime de substituição tributária ora instituído, bem como baixar atos necessários à sua regulamentação.

## Seção V - Dos Elementos Quantitativos

### Subseção I - Da Base de Cálculo e da Alíquota

**Art. 302** - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º. Preço do serviço é a expressão monetária do valor auferido, imediata ou diferida, pela remuneração dos serviços prestados, compreendendo os custos, os materiais empregados, as despesas operacionais e não operacionais e o lucro.

§ 2º. Quando os serviços descritos pelos subitens 3.03 e 22.01 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 3º. Para os serviços previstos no subitem 13.04 da lista anexa, quando a atividade envolver a confecção de livros, jornais e periódicos, a base de cálculo será composta excluindo-se os custos com o papel de impressão e os filmes fotográficos aplicados no serviço gráfico.

§ 4º. As alíquotas serão no mínimo de 2% e máximo de 5%.

§ 5º. O imposto não será objeto de concessão de isenção, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa esta Lei Complementar.

**Art. 303** - Para efeito de cálculo do imposto no regime previsto pelo artigo anterior, serão aplicadas sobre o preço do serviço as respectivas alíquotas *ad valorem* constantes do Anexo II, Tabela I, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 304** - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal, o imposto será recolhido em cota fixa, independentemente da quantia paga a título de remuneração do próprio trabalho profissional do prestador do serviço, serão as constantes do Anexo I, Tabela II, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º. Considera-se serviço sob a forma de trabalho pessoal, para fins de tributação, a atividade profissional desenvolvida de modo individual e exclusivo por pessoa física, sem a interferência e/ou a participação de outros profissionais na sua produção.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Não desqualifica o serviço pessoal a contratação de profissionais para a execução de serviços não relacionados com o objeto da atividade do prestador.

**Art. 305** - As sociedades de profissionais recolherão o imposto em cota fixa, multiplicada pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome destas sociedades, conforme as constantes do Anexo II, Tabela II, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º. Considera-se sociedade de profissionais, para fins do disposto neste artigo, a agremiação de trabalho constituída de profissionais que prestem serviços constantes da Lista de Serviços anexa à presente Lei Complementar.

§ 2º. As sociedades de que trata o parágrafo anterior são aquelas cujos profissionais, sócios, empregados ou não, sejam habilitados ao exercício da mesma atividade e todos eles prestem serviços pessoalmente, em nome da sociedade, assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da legislação específica.

§ 3º Excluem-se do disposto do § 2º deste artigo as sociedades que:

- I- tenham como sócia outra pessoa jurídica;
- II- sejam sócias de outras sociedades;
- III- desenvolvam atividade diversa daquela a que estejam habilitados profissionalmente os sócios;
- IV- tenham sócio que delas participe tão-somente para aportar capital ou administrar;
- V- tenham sócio não habilitado para o exercício pleno do objeto social da sociedade;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

VI- sejam formadas por sócios não exercentes da mesma profissão.

§ 4º. Considera-se profissional habilitado, para fins de cálculo do ISSQN na modalidade fixa das sociedades profissionais, o profissional, o empregado ou não, que preste serviços, que constituam ou façam parte do objeto social do ente moral.

## Subseção II - Da Estimativa

Art. 306 - Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, a critério da Administração, tratamento fiscal mais simples e adequado, o imposto poderá ser calculado por estimativa, com base em dados declarados pelo contribuinte ou em outros elementos informativos apurados pela Administração Tributária.

§ 1º. O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa poderá, a critério da Administração Municipal, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes ou por grupos de atividades econômicas.

§ 2º. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser fixada por estimativa mediante iniciativa do Fisco Municipal ou requerimento do sujeito passivo, quando:

- I- a atividade for exercida em caráter provisório;
- II- o sujeito passivo for de rudimentar organização, conforme definido em regulamento;
- III- a espécie, modalidade ou volume de negócios e de atividade do contribuinte aconselhar tratamento específico;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

IV- o sujeito passivo não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir obrigações e/ou deveres instrumentais tributários.

§ 3º. Entende-se por atividade exercida em caráter provisório aquela cujo exercício é de natureza temporária e se vincula a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 4º. Para a determinação da receita estimada e conseqüente cálculo do imposto, serão consideradas as informações obtidas, especialmente:

- I- o valor das despesas realizadas pelo contribuinte;
- II- o valor das receitas por ele auferidas;
- III- o preço corrente do serviço;
- IV- o volume e a rotatividade do serviço no período considerado;
- V- os fatores de produção usados na execução do serviço;
- VI- o tempo despendido na elaboração do serviço e a natureza específica da atividade;
- VII- a margem de lucro praticada;
- VIII- os indicadores da potencialidade econômica do contribuinte e do seu ramo de atividade;
- IX- as peculiaridades do serviço prestado por cada contribuinte durante o período considerado para cálculo da estimativa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 5º. As informações referidas no parágrafo anterior podem ser utilizadas pela Administração Tributária, isolada ou conjuntamente, a fim de ser obtida receita estimada compatível com o desempenho econômico do contribuinte.

**Art. 307 - O regime de estimativa.**

- I- será fixado por relatório de agente fiscal e homologado pela chefia competente;
- II- terá a base de cálculo expressa em moeda corrente e será atualizada pelo índice e forma de correção adotados pelo Município;
- III- a critério do Fisco, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou revogado;
- IV- dispensa a emissão de notas fiscais e a respectiva escrituração do Livro de Registro de Prestação de Serviços, referente à atividade estimada;

§ 1º. O enquadramento no regime de estimativa, bem como as hipóteses de suspensão, revisão e revogação, somente serão efetivados mediante notificação prévia do Fisco ao contribuinte.

§ 2º. Independentemente de procedimento fiscal e sempre que o preço total dos serviços prestados no exercício tenha excedido a estimativa, o contribuinte recolherá, até o dia 10 (dez) de fevereiro do exercício seguinte, o imposto devido sobre a diferença atualizada monetariamente, sem a imposição de juros e multa, sob pena de lançamento de ofício, após esse prazo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 308** - A revisão da estimativa por solicitação do contribuinte somente será feita quando comprovada a existência de elementos suficientes que a justifique ou quando da superveniência de fatores que modifiquem a situação fiscal do contribuinte.

**Art. 309** - O pedido de revisão não prorrogará o prazo de vencimento do imposto fixado, nem impedirá ou suspenderá a fluência de encargos moratórios sobre o seu principal corrigido monetariamente.

§ 1º. Julgada procedente a revisão, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros ou restituída ao contribuinte, se este assim o proferir.

§ 2º. A procedência parcial da revisão implica em lançamento substitutivo, somente tendo início a incidência de encargos moratórios após o prazo de 30 (trinta) dias concedido para o pagamento do crédito, contado a partir de sua regular notificação ao sujeito passivo.

## Subseção III - Do Arbitramento

**Art. 310** - A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando:

- I- não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço;
- II- os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos fiscais exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, forem insuficientes ou não merecerem fé;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

III- o contribuinte ou responsável recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

IV- for constatada a existência de fraude ou sonegação, pelo exame dos livros ou documentos fiscais ou comerciais exibidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação.

**Art. 311** - O arbitramento será elaborado tomando-se como base.

I- o valor da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II- ordenados, salários, retiradas pro labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

III- aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;

IV- o montante das pessoas com energia elétrica, água, esgoto e telefone;

V- impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

VI- outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte.

**Art. 312** - Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, apurar-se-á o preço do serviço levando-se em conta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

I- os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II- o preço corrente dos serviços, à época a que se referir o levantamento;

III- os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do movimento tributável.

**Art. 313** - Na composição da receita arbitrada.

I- serão observados os fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II- serão deduzidos os pagamentos efetuados no período.

**Art. 314** - Cessarão os efeitos do arbitramento quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do Fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

## Subseção IV - Da Construção Civil

**Art. 315** - Para fins de incidência do ISSQN, são definidos como serviços:

I- de construção civil:

a) a edificação ou estruturação de prédios destinados à habitação e instalação industrial ou comercial, bem como a construção ou montagem nos referidos prédios, respectivamente, de estruturas de concreto armado ou metálicas;

b) a terraplanagem, a pavimentação, a construção de estradas, portos, logradouros e respectivas obras de arte, executadas as de sinalização, decoração e paisagismo;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

c) a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos que não tenham funcionamento isolado ao do imóvel;

d) a reparação, a conservação e a reforma dos bens imóveis relacionados nas alíneas *a* e *b* deste inciso.

II- de execução de obras hidráulicas: a construção ou ampliação de barragens, sistema de irrigação e de drenagem, ancoradouros, construção de sistema de abastecimento de água e de saneamento, inclusive a sondagem e a perfuração de poços;

III- auxiliares ou complementares das atividades de construção civil e de execução de obras hidráulicas.

a) a elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

b) o acompanhamento e a fiscalização da execução de obras de construção civil e obras hidráulicas.

Parágrafo único. Não são considerados serviços de construção civil.

I- a instalação e a montagem de produtos, peças e equipamentos que não se incorpore ao imóvel e/ou que tenham funcionamento independente do mesmo;

II- a reparação, a manutenção, a conservação, a lubrificação, a limpeza, a carga e descarga, o conserto, a restauração, a revisão e a reforma de produtos, máquinas, motores, elevadores,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

equipamentos em geral, peças ou qualquer objeto, mesmo que tenha sido incorporado ao imóvel;

III- a raspagem e calafetagem de assoalhos, inclusive encerramento ou colocação de sinteco ou material semelhante.

**Art. 316** - Para a apuração do valor da mão-de-obra dos tipos de construções previstas na alínea "a", inciso I, do artigo anterior, serão utilizadas as tabelas do CUB, divulgadas mensalmente na Internet ou na imprensa de circulação regular, pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais (Sinduscon-MG).

§ 1º. CUB é a parte do custo por metro quadrado da construção do projeto-padrão considerado, calculado pelo Sinduscon-MG de acordo com a Norma Técnica nº 12.721, de 2.006, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e é utilizado para a avaliação dos custos de construção das edificações.

§ 2º. Nos casos de demolição, reforma geral em edifícios, sem ampliações de áreas e nas construções de dependências ou edículas, o valor será reduzido em 50% (cinquenta por cento) das tabelas do CUB.

**Art. 317** - O proprietário da edificação deverá como pré-condição para a obtenção de "habite-se", apresentar as notas fiscais dos respectivos serviços de construção tomados e tributados pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como, comprovar a quitação do imposto pelo prestador, ficando, em caso negativo, responsável pelo pagamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

**Art. 318** - Na oportunidade de que trata o artigo anterior, será arbitrada a base de cálculo do ISSQN sempre que o valor total da mão-de-obra obtido pela multiplicação da área construída pelo valor constante da Tabela do CUB do mês da emissão do habite-se seja maior que o valor apurado das despesas com salários dos empregados registrados para a respectiva obra.

**Art. 319** - Não se incluem na base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelos prestadores de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa a esta Lei.

§ 1º. O valor dos materiais a ser considerado na dedução do preço do serviço, bem como o destino dos mesmos, é o constante dos documentos fiscais de aquisição ou produção, que devem ser apropriados individualmente por obra.

§ 2º. A dedução dos materiais mencionados no § 1º desse artigo somente poderá ser feita se e quando os materiais se incorporarem diretamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação.

§ 3º. Poderá ser previamente requerido, antes do início da obra, pelo prestador de serviço de obra contratada por empreitada global, mediante previsão de custos no orçamento da obra, estipular a porcentagem dos materiais dedutíveis na apuração da base de cálculo do ISSQN para efeito de recolhimento mensal.

§ 4º. A solicitação prevista no parágrafo anterior será analisada pelo Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 5º. Não ocorrida à hipótese do § 3º, ou negado o pedido pelo Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal, a base impositiva do imposto será composta deduzindo-se 50% (cinquenta por cento) do valor total da nota fiscal, a título de materiais presumidamente empregados na obra.

§ 6º. No caso de obras executadas dentro do Plano Nacional de Habilitação, caracteriza-se a ocorrência do fato gerador do imposto pelo compromisso de venda de cada unidade antes do "habite-se" ou da conclusão da obra, sendo o momento da incidência determinado pelo comprovante do sinal de aquisição da unidade, correspondente ou não à parcela das cotas de construção e do terreno.

## **Subseção V - Dos Serviços de Diversões Públicas, Lazer, Entretenimento e Congêneres**

**Art. 320** - O Imposto sobre Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, especificados no item 12 da Lista de Serviços, será calculado sobre:

- I- o preço cobrado por bilhete de ingresso ou qualquer outro meio, a título de entrada, em qualquer divertimento público, quer em recintos fechados, quer ao ar livre;
- II- o preço cobrado, por qualquer forma, a título de consumação mínima, cobertura musical, couvert e contradança, bem como pelo aluguel ou venda de mesas lugares em clubes ou quaisquer outros estabelecimentos de diversão.
- III- o preço cobrado pela utilização de aparelhos, armas e outros apetrechos, mecânicos ou não, assim como a ocupação de recintos instalados em parques de diversões ou em outros locais permitidos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 1º. Integra a base de cálculo do imposto, indistintamente, o valor dos ingressos, abadás, cartões ou qualquer outro meio de entrada, distribuídos a título de "cortesia", quando dados em contraprestação de publicidade, hospedagem, ou qualquer tipo de benefício ou favor.

§ 2º. A administração tributária municipal poderá deduzir da base de cálculo do imposto o valor das cortesias concedidas sem nenhuma contraprestação, limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do total dos ingressos confeccionados para o evento.

**Art. 321** - O recolhimento do imposto incidente sobre os serviços de que trata este artigo será antecipado pelo contribuinte em valor não inferior a 60% (sessenta por cento) do valor total dos ingressos confeccionados para o evento.

§ 1º. Caso o contribuinte não aceite o percentual estipulado n caput deste artigo, ficará sujeito a regime especial de apuração no dia do evento, sem prejuízo do pagamento antecipado do imposto referente à, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do total de ingressos colocados à venda e ao pagamento complementar no dia útil seguinte ao da realização do vento.

§ 2º. O regime especial de apuração de que trata o parágrafo anterior pode ser substituído, a critério da fiscalização tributária, por declaração de público estimado firmada pela Polícia Militar.

**Art. 322** - A não-antecipação do ISSQN, nos termos do artigo anterior, constituirá impedimento à liberação do alvará de licença para a realização do evento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

## **CAPÍTULO II - DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO**

**Art. 323** - O imposto será recolhido por meio de guia de arrecadação ou carnê emitida pela Fazenda Pública Municipal ou por outro meio definido em regulamento.

**Art. 324** - As empresas de prestação de serviços de qualquer natureza, que desempenha atividades classificadas em mais de um item ou subitem de atividades constantes da tabela de atividades, estarão sujeitos ao imposto com base nas alíquotas correspondentes a cada uma dessas atividades, separadamente.

**Art. 325** - Os contribuintes sujeitos ao imposto com base no preço do serviço o recolherão mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal de serviço, na forma prevista em regulamento.

**Art. 326** - Os contribuintes sujeitos ao regime de tributação fixa recolherão o imposto à vista até o dia 31 de março de cada ano, podendo ser parcelado conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. O recolhimento integral do regime de tributação fixa, até o vencimento da primeira parcela, ensejará ao contribuinte o desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

**Art. 327** - O pagamento pelo obrigado extingue o crédito, sob condição resolutiva de sua ulterior homologação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 328** – Os contribuintes que, na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro, tornam-se sujeitos à incidência do imposto, serão tributados a partir do mês que iniciarem as atividades.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do caput, os contribuintes sujeitos ao ISSQN fixo recolherão o imposto proporcionalmente, de acordo com o número de meses restantes para o término do exercício.

**Art. 329** – Consideram-se empresas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

I- as que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II- as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo único. Não serão considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

## **CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 330** – É obrigatória por parte dos contribuintes sujeitos ao recolhimento com base no preço do serviço, a emissão de nota fiscal de serviço em todas as operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador do imposto, na forma estabelecida nesta Lei Complementar.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. Executam-se do disposto neste artigo as instituições financeiras e assemelhadas.

**Art. 331** - A nota fiscal de serviço será emitida por meio eletrônico e obedecerá aos requisitos fixados em regulamento.

**Art. 332** - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços, sediadas no Município Bugre, ficam obrigadas a entregar declarações de notas fiscais dos respectivos serviços tomados. Conforme dispuser o regulamento.

**Art. 333** - Por meio de ato infralegal, poderão ser instituídas quaisquer outras obrigações acessórias que se mostrem eficazes no combate à evasão fiscal do imposto, especialmente com emprego de recursos de informática.

**Art. 334** - As instituições financeiras e assemelhadas deverão apresentar, por agência ou dependência, a Declaração Mensal de Serviços – DMS, conforme dispuser o regulamento.

**Art. 335** - Os contribuintes de rudimentar organização, conforme definido em regulamento, poderão, a critério da Fazenda Municipal, ser dispensados total ou parcialmente dos deveres instrumentais tributários previstos neste Capítulo.

**Art. 336** - Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá no referente à competência do Município, escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

## CAPÍTULO IV - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 337** - O descumprimento parcial ou total de obrigação tributária principal ensejará.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

I- tratando-se de simples atraso no recolhimento do ISSQN:

a) antes do início de ação fiscal: multa de 10% (dez por cento) da importância devida, monetariamente corrigida;

b) estando devidamente escriturada a operação e o montante do imposto devido, apurada a infração mediante ação fiscal: multa de 50% (cinquenta por cento) da importância devida, monetariamente corrigida;

c) não estando devidamente escriturada a operação e o montante do imposto devido: multa de 60% (sessenta por cento) da importância devida, monetariamente corrigida.

II- em casos de condutas tipificadas em lei como crimes contra a ordem tributária, independentemente da ação criminal que couber: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto suprido ou reduzido, monetariamente atualizado;

III- na falta de recolhimento do imposto retido na fonte: multa de 100% (cem por cento) da importância devida, monetariamente corrigida.

**Art. 338** - O descumprimento de dever da obrigação acessória será punido com as seguintes multas:

I- relativos à inscrição e alterações cadastrais:

a) aos que deixarem de efetuar, no prazo legal, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou o encerramento de atividade: multa de 200 (duzentas) UFB;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

b) aos que promovem alterações de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando ficar evidenciado não terem ocorrido as causas que foram apresentadas para tanto: multa de 200 (duzentas) UFB;

II- relativos ao Livro de Registro de Prestação de Serviços.

a) aos que não possuírem o livro ou, ainda que o possuam, não esteja devidamente escriturado, nos casos em que o imposto tenha sido integralmente recolhido: multa de 200 (duzentas) UFB;

b) aos que não possuírem o livro ou, ainda que o possuam, não esteja devidamente escriturado, nos casos em que o imposto não tenha sido integralmente recolhido: multa de 200 (duzentas) UFB;

c) aos que escriturarem livros não autenticados: multa de 100 (cem) UFB;

d) nos casos de fraude, adulteração ou inutilização do livro fiscal: multa de 500 (quinhentas) UFB.

III- relativos às declarações em geral: aos que deixarem de apresentar no prazo legal ou mesmo apresentarem com dados inexatos ou com omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, quaisquer declarações a que obrigados: multa de 200 (duzentas) UFB;

IV- relativos à ação da fiscalização tributária: aos que recusarem a exibição de documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou para a fixação da estimativa: multa de 200 (duzentas) UFB.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## TÍTULO IV - DAS TAXAS

**Art. 339** - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas pelo Município as seguintes taxas de:

I- licença;

II- serviços.

### CAPÍTULO I - DAS TAXAS DE LICENÇA

#### Seção I - Das Disposições Gerais

##### Subseção I - Do Fato Gerador

**Art. 340** - As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, estudos, inspeções, vistorias e outros atos ou procedimentos administrativos.

**Art. 341** - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder ou de finalidade.

§ 2º. O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos da lei, de prévia licença da Prefeitura.

**Art. 342** - A exigibilidade das taxas de licença sujeita-se apenas ao fato gerador e ao respectivo lançamento, não podendo:

I- do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, por parte do contribuinte;

II- de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município.

**Art. 343** - As taxas de licença serão devidas para a fiscalização:

I- da localização, instalação e funcionamento de atividades;

II- de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária;

III- da execução de obras particulares;

IV- aprovação e execução de urbanização em terrenos particulares;

V- da publicidade.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 344** - Contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

## **Subseção II - Da Base de Cálculo**

**Art. 345** - A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia, e será cobrada de acordo com os valores constantes das tabelas do Anexo III, que é parte integrante desta Lei Complementar.

## **Subseção III - Do Lançamento e do Recolhimento**

**Art. 346** - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas das guias-notificações constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

**Art. 347** - Os valores das taxas de licença serão sempre cobrados de forma integral, independentemente do mês de início das atividades ou das instalações, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

**Art. 348** - O recolhimento das taxas de licença precederá a atividade da polícia administrativa.

## **Subseção IV - Dos Acréscimos Moratórios**

**Art. 349** - O não pagamento da taxa de licença no prazo fixado em regulamento, implicará em aplicação nos acréscimos dispostos nesta legislação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## Seção II - Da Taxa de Licença para Fiscalização da Localização, Instalação e Funcionamento de Atividades

**Art. 350** - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à produção agropecuária, à indústria, ao comércio, inclusive ambulante, a operações financeiras, à prestação de serviços, ou às atividades similares, em caráter permanente ou temporário, só poderá instalar-se e iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura Municipal e pagamento da respectiva taxa de licença de que cuida esta Seção.

§ 1º. A licença para pessoa física somente será concedida para atividades de prestação de serviços desempenhada sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte.

§ 2º. As sociedades de profissionais, uniprofissionais e demais atividades constantes do artigo anterior somente será concedida licença para pessoa jurídica.

§ 3º. Considera-se temporária a atividade exercida apenas em determinados períodos do ano, durante festividades ou comemorações, principalmente em instalações precárias ou removíveis, como balcões, quiosques, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 4º. Tem-se por comércio ambulante o exercício individual de atividade comercial sem estabelecimento ou localização fixa, com características não sedentárias.

§ 5º. A taxa de Licença para Fiscalização da Localização, Instalação e Funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

**Art. 351** - A licença para o exercício de atividades será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança e ambientais do estabelecimento sejam adequadas à



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos das legislações edilícia, urbanística, sanitária e ambiental.

§ 1º. A competência para a concessão e fiscalização da licença prevista no caput deste artigo é do Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal.

§ 2º. A competência para lançar e fiscalizar a taxa de licença disciplinada nesta Seção é do Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal.

§ 3º. A licença será concedida sob a forma de alvará, antes do início das atividades, e renovadas anualmente até 31 de janeiro ou quando houver alteração de local de atividade, do responsável técnico ou inclusão ou alteração da atividade.

§ 4º. A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, desde que deixem de existir as condições que legitimam a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 5º. A licença será concedida mediante apresentação dos seguintes documentos.

I- Pessoa Física.

a) cópia do CPF e RG;

b) comprovante de endereço;

c) comprovante de inscrição ou registro na entidade profissional competente;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

d) guia de arrecadação de IPTU referente ao imóvel objeto de localização do estabelecimento;

e) CND – Certidão Negativa de Débitos Municipal referente ao imóvel objeto de localização do estabelecimento;

f) título de propriedade do imóvel, contrato de locação ou declaração de anuência do proprietário do imóvel.

## II- Pessoa Jurídica:

a) Contrato Social/requerimento de empresário ou Certificado de Micro Empreendedor Individual;

b) cartão do CNPJ;

c) cópia do CPF e RG dos sócios ou titular;

d) comprovante de endereço dos sócios ou titular;

e) guia de arrecadação de IPTU referente ao imóvel objeto de localização do estabelecimento;

f) CND – Certidão Negativa de Débitos Municipal referente ao imóvel objeto de localização do estabelecimento;

g) título de propriedade do imóvel, contrato de locação ou declaração de anuência do proprietário do imóvel;

h) procuração do contador.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 6º. A licença para atividade de risco, prevista em regulamento, será concedida após a emissão ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

**Art. 352** - Nos casos de início das atividades sem licença de funcionamento, será o contribuinte notificado a regularizar a situação no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. Frustrada a notificação de que trata o parágrafo anterior, será aplicada ao infrator multa de 100 (cem) UFB ao dia.

§ 2º. Passados 30 (trinta) dias da autuação a que se refere o parágrafo anterior poderá a fiscalização apreender as mercadorias e materiais empregados na atividade irregularmente exercida, e interditar o estabelecimento, quando for o caso.

§ 3º. Nos casos em que a infração praticada oferece risco iminente à coletividade, será a atividade interdita sumariamente.

**Art. 353** - As pessoas relacionadas no art. 35º desta Lei Complementar e que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal de funcionamento, nos casos em que a lei o permitir, deverão requerer licença especial junto ao Órgão responsável pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º. No caso de exercício de atividade fora do horário normal, o valor da Taxa de Licença para Fiscalização da Localização, Instalação e Funcionamento será acrescido de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º. Não se aplica o acréscimo previsto no parágrafo anterior às atividades de:

I- impressão e distribuição de jornais;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE**

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

II- transporte coletivo;

III- institutos de educação e de assistência social;

IV- hospitais e congêneres.

**Art. 354** – Aplica-se à licença especial o disposto no art. 351, caput, e seus parágrafos.

**Art. 355** – A Taxa de Licença para Fiscalização da Localização, Instalação e Funcionamento será devida anualmente, de acordo com os valores constantes do Anexo III, Tabela I, que é parte integrante desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As empresas inscritas no MEI – Microempreendedor Individual estão isentas da Taxa de Licença para Fiscalização da Localização, Instalação e Funcionamento.

## **Da Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária**

**Art. 356** – A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município de Bugre.

**Art. 357** – Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporária poderá ser exercida sem prévia licença ou outorga pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º. Considera-se atividade eventual ou temporária aquela exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. É considerado também como eventual ou temporária a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

§ 3º. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária terá duração máxima de 30 (trinta) dias.

**Art. 358** - A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com o Anexo III, Tabela II, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 359** - Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual ou Temporária as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.

**Art. 360** - São isentos da taxa de que trata este Capítulo:

I- os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

II- os engraxates ambulantes.

## **Seção III - Da Taxa de Licença para Fiscalização da Execução de Obras Particulares e**

### **Da Licença para aprovação e Execução de Urbanização em Terrenos Particulares**

**Art. 361** - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescentar ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias, sarjetas, colocação de tapumes ou andaimes, parcelamento do solo urbano e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura Municipal e ao pagamento da taxa de que trata esta Seção.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 1º. A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação edilícia e urbanística do Município.

§ 2º. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

**Art. 362** - A Taxa de Licença para Fiscalização da Execução de Obras Particulares será devida conforme os valores constantes do Anexo III, Tabelas III e IV, que é parte integrante desta Lei Complementar.

## **Seção IV - Da Taxa de Licença para Fiscalização da Publicidade**

**Art. 363** - A publicidade levada a efeito nas vias e logradouros públicos, através de quaisquer instrumentos de divulgação ou de comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais de atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e ao pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Parágrafo único. Para a concessão da licença serão observadas as normas disciplinadoras da exploração ou utilização de publicidade e anúncios nas vias e logradouros públicos.

**Art. 364** - Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 365** - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo único. Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

**Art. 366** - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação, em perfeitas condições de segurança e de acordo com os bons costumes, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da Taxa de Licença para a Fiscalização da Publicidade e cassação da licença.

**Art. 367** - A Taxa de Licença para Fiscalização da Publicidade será devida de acordo com os valores constantes do Anexo III, Tabela V, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 368** - Ficam isentos da Taxa de que trata esta Seção:

- I- os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;
- II- as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;
- III- as tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;
- IV- as placas colocadas nos vestibulos de edificios, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando profissionais liberais, organizados individualmente ou em sociedade;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

V- as placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares públicas.

**Art. 369** - As isenções previstas no artigo anterior dependerão de requerimento a ser endereçado à Fazenda Municipal, com a comprovação dos requisitos exigidos para o gozo do benefício, observando-se o que dispuser o regulamento.

## CAPÍTULO II - DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**Art. 370** - A Taxa de Serviços Urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de interesse público ou serviços postos à disposição do município.

Parágrafo único. Consideram-se Taxas de Serviços Urbanos:

I- Taxa de Coleta de Lixo;

II- Taxa de Expediente e Prestação de Serviços.

### Seção I - Das Taxas de Coleta de Lixo

**Art. 371** - A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de coleta, remoção e destinação de lixo, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

**Art. 372** - O sujeito passivo da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem imóvel edificado lindeiro à via ou logradouro público, abrangido pelo serviço de coleta, remoção e destinação de lixo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso à via ou logradouro público, por ruas ou passagens particulares, entrada de viela ou assemelhados.

**Art. 373** - A base de cálculo da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo é o valor estimado da prestação de serviços.

**Art. 374** - A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação do lixo será calculada por metro quadrado da edificação para imóveis residenciais e não residenciais.

**Art. 375** - A Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo será cobrada anualmente e devida a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que se der o início do efetivo funcionamento do serviço.

**Art. 376** - O lançamento e recolhimento da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo poderão ser efetuadas juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, aplicando-se as normas relativas a este imposto, ou separadamente, neste caso aplicando-se as normas previstas no regulamento.

**Art. 377** - O recolhimento da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de lixo após o vencimento será efetuado com os acréscimos legais previstos nesta legislação.

**Art. 378** - Não se incluem nas disposições desta lei a prestação dos serviços de coleta, remoção e destinação de lixo e de resíduos industriais, que será objeto de legislação específica.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## Seção II - Da Taxa de Expediente de Serviços Diversos

**Art. 379** - A Taxa de Expediente de Serviços Diversos tem como fato gerador a apresentação de petição e documentos às repartições da Prefeitura.

**Art. 380** - Contribuinte da taxa de expediente é toda pessoa física ou jurídica que tiver interesse direto no ato da administração municipal.

**Art. 381** - O lançamento e a arrecadação serão feitos por meio de guias na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Parágrafo único. A Taxa de Expediente de Serviços Diversos não pode ser cobrada para emissão de carnês ou guia de recolhimento de tributos.

**Art. 382** - O valor da Taxa de Expediente de Serviços Diversos é o valor constante do Anexo IV, Tabela II, que é parte integrante desta Lei Complementar.

**Art. 383** - Ficam isentos do pagamento da taxa de expediente os requerimentos e certidões para:

I- fins eleitorais;

II- fins militares;

III- pedido de pagamento de subvenções;

IV- pedido de devolução de tributos;

V- pedido de servidores ativos ou inativos sobre assunto de natureza funcional;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

VI- pedidos dos órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que se refiram a assuntos de interesses públicos ou matéria oficial;

VII- direito de petição ao Poder Público em defesa de direito pessoal ou jurídico e/ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

## TÍTULO V - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

### CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA

**Art. 384** - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo de valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

**Art. 385** - Consideram-se obras públicas para efeitos do artigo anterior:

I- abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II- construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III- construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV- serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, ascensores e instalações de comodidade pública;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

V- proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos de água e irrigação;

VI- construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII- construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII- aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

**Art. 386** - A Contribuição de Melhoria não incide nos casos de simples reparação ou conservação de obras públicas já existentes.

## CAPÍTULO II - DO SUJEITO PASSIVO

**Art. 387** - Contribuinte do tributo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, beneficiado pela execução de obra pública prevista no art. 384 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Por possuidor a qualquer título entende-se que possua a coisa com ânimo de dono.

## CAPÍTULO III - DA BASE DE CÁLCULO

**Art. 388** - A base de cálculo da contribuição de melhoria é a diferença entre o valor de mercado do imóvel antes da obra ser iniciada e o após a sua conclusão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

Parágrafo único. O valor de mercado a que se refere o caput deste artigo será apurado mediante avaliação concreta efetuada por engenheiro habilitado do município.

**Art. 389** - A alíquota será 100% (cem por cento) da base de cálculo composta nos termos do artigo anterior.

**Art. 390** - O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite global o custo da obra.

§ 1º. O custo da obra será composto pelo valor de sua execução, acrescido de despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração e financiamentos ou empréstimos.

§ 2º. O custo a que se refere o parágrafo anterior terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação dos coeficientes de correção monetária adotados pela legislação municipal para os demais tributos.

**Art. 391** - Na hipótese em que o custo da obra for inferior à soma das valorizações individuais de cada imóvel beneficiado, será aquele valor rateado proporcionalmente aos acréscimos individualmente apurados.

**Art. 392** - A Contribuição de Melhoria somente será lançada e arrecadada depois de executada a obra.

## CAPÍTULO IV - DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

**Art. 393** - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Fazenda Municipal deverá publicar edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

- I- delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
- II- memorial descritivo do projeto;
- III- orçamento total ou parcial do custo das obras;
- IV- determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- V- determinação do percentual de valorização do metro quadrado da área atingida pela obra pública.

**Art. 394** - Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**Art. 395** - A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal.

**Art. 396** - O sujeito passivo será notificado do lançamento da Contribuição de Melhoria pela entrega do aviso no endereço de notificação por ele mesmo indicado para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

§ 1º. O endereço de notificação, em caso de imóveis edificados, poderá ser aquele do local do imóvel.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

§ 2º. Não sendo possível concluir a notificação na forma prevista no caput deste artigo, será efetivada mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município.

**Art. 397** - Os prazos e as formas de pagamento da Contribuição de Melhoria serão definidos em regulamento.

**Art. 398** - Será concedido desconto de 10% (dez por cento) para o pagamento à vista da Contribuição de Melhoria.

**Art. 399** - O tributo não pago no seu vencimento sofrerá os acréscimos previstos para os demais tributos municipais.

## TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

**Art. 400** - Fica instituída a Nova Unidade Fiscal Municipal de Bugre – UFB no valor de R\$ 35,99 (trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), quando da entrada em vigor deste Código.

§ 1º. A Nova Unidade Fiscal Municipal de Bugre – UFB será corrigida pelo índice e forma prevista no artigo 112 desta Lei Complementar.

§ 2º. Na atualização da Unidade Fiscal Municipal de Bugre – UFB será desprezado o 3º dígito após a vírgula, sempre que menor que seis e arredondados para maior quanto seis ou mais.

§ 3º. O valor da receita será sempre expresso em reais, tanto nos relatórios quanto nas guias de recolhimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE


**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

**Art. 401** - A Tabela VI do anexo I será utilizada para correção de valor venal do imóvel, por solicitação do contribuinte ou de ofício, caso o valor do lançamento esteja divergente da realidade.

Parágrafo único. Para atendimento do previsto no caput será aberto procedimento administrativo instruído com documentos necessários e visita "in loco" pelo fisco municipal.

**Art. 402** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em sentido contrário.

Bugre/MG, 25 de outubro de 2021.



*Marcélio*  
**Marcélio Teixeira da Costa**

**Prefeito Municipal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## ANEXO I

### PLANTA GENÉRICA DE VALORES

O IPTU será calculado aplicando-se ao valor venal do imóvel, a alíquota de 1% (um por cento) no caso de Imposto Territorial e de 0,5% (meio por cento) no caso de Imposto Predial conforme o que se segue.

O VALOR DO IMÓVEL SERÁ DETERMINADO PELA SEGUINTE FÓRMULA;

VVI - Valor venal do Imóvel

VT - Valor do Terreno

VE - Valor da Edificação

O valor do terreno (VT) será obtido aplicando-se a fórmula:

$$VT = AT \times V \text{ m}^2t$$

Onde:

VT - Valor do Terreno.

AT - Área do Terreno.

Vm<sup>2</sup>t - Valor do metro quadrado do terreno.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

O valor do metro quadrado do terreno ( $Vm^2t$ ) será obtido aplicando-se a fórmula.

$Vm^2t = V \text{ base} \times (LOC/100) \times S \times P \times T$  onde,

V base = Valor Base,

LOC = Fator de Localização, (campo nº 4 do BCI)

S = Coeficiente Corretivo de Situação,

P = Coeficiente Corretivo de Pedologia,

T = Coeficiente Corretivo de Topografia.

- VB (Valor Base) para cálculo do IPTU, estipulado em 100% no valor da UFB (Unidade Fiscal de Bugre que é igual a R\$ 35,99.
- Fator de Localização é um campo 04 do BCI;
- O Coeficiente Corretivo de SITUAÇÃO será obtido através da seguinte tabela.

| Situação do Terreno | Coeficiente de Situação |
|---------------------|-------------------------|
| Esquina – 2 frentes | 1,10                    |
| Uma frente          | 1,00                    |
| Encravado/Via       | 0,80                    |

- O Coeficiente Corretivo de TOPOGRAFIA será obtida através da seguinte tabela.

| Topografia do Terreno | Coeficiente de Topografia |
|-----------------------|---------------------------|
| Plano                 | 1,00                      |
| Active                | 0,90                      |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|           |      |
|-----------|------|
| Declive   | 0,70 |
| Irregular | 0,80 |

- O Coeficiente Corretivo de PEDOLOGIA será obtida através da seguinte tabela.

| Pedologia do Terreno     | Coeficiente de Pedologia |
|--------------------------|--------------------------|
| Alagado                  | 0,60                     |
| Inundável                | 0,70                     |
| Rochoso                  | 0,80                     |
| Normal                   | 1,00                     |
| Arenoso                  | 0,90                     |
| Combinação com os demais | 0,80                     |

O valor da Edificação (VE) será obtido aplicando-se a fórmula.

$$VE = AE \times Vm^2E$$

Onde,

VE - Valor da Edificação,

AE - Área da Edificação

$Vm^2E$  - Valor do Metro quadrado da Edificação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

O valor do metro quadrado de edificação será obtido aplicando-se a fórmula.

$$Vm^2E = Vm^2ti \times (CAT/100) \times C \times ST \text{ onde.}$$

$Vm^2ti$  = Valor do metro quadrado do tipo de edificação TABELA "C"

CAT = Coeficiente corretivo de categoria TABELA "B"

C = Coeficiente corretivo de conservação TABELA "D"

ST = Coeficiente corretivo de subtipo de edificação TABELA "A"

Para o cálculo da FRAÇÃO IDEAL DE TERRENO, será a seguinte fórmula.

$$\text{FRAÇÃO IDEAL} = \frac{\text{Área Terreno} \times \text{Área da Unidade}}{\text{Área Total da Edificação}}$$

Para o cálculo da TESTADA IDEAL, será usada a seguinte fórmula ideal.

$$\text{TESTADA IDEAL} = \frac{\text{Área da Unidade} \times \text{Testada}}{\text{Área Total da Edificação}}$$



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
 Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

TABELA "A"

## I – TABELA DE SUBTIPOS DE EDIFICAÇÃO

| TIPO     | POSIÇÃO   | SITUAÇÃO | FACHADA     | COD. |
|----------|-----------|----------|-------------|------|
| Casa     | Isolada   | Frente   | Alinhamento | 0,9  |
|          |           | Frente   | Recuada     | 1,0  |
|          |           | Fundos   | Recuada     | 0,9  |
|          | Germinada | Frente   | Alinhada    | 0,7  |
|          |           | Frente   | Recuada     | 0,8  |
|          |           | Fundos   |             | 0,6  |
|          | Conjugada | Frente   | Alinhada    | 0,8  |
|          |           | Frente   | Recuada     | 0,9  |
|          |           | Fundos   |             | 0,7  |
| Apart.   |           | Frente   |             | 1,0  |
|          |           | Fundos   |             | 0,9  |
| Loja     |           |          |             | 1,0  |
| Telheiro |           |          |             | 1,0  |
| Galpão   |           |          |             | 1,0  |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
 Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Indústria |  | 1,0 |
| Espacial  |  | 1,0 |

TABELA "B"

## II – TABELA DE PONTOS POR CATEGORIA

|      |             |      |        |          |           |          |
|------|-------------|------|--------|----------|-----------|----------|
| 15   | 31          | 58   | 66     | 74       | 86        | 87       |
| Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Indústria | Espacial |

### 78 ESTRUTURA

|    |           |    |    |    |    |    |    |    |
|----|-----------|----|----|----|----|----|----|----|
| 11 | Alvenaria | 10 | 15 | 20 | 20 | 8  | 30 | 20 |
| 20 | Madeira   | 3  | 18 | 10 | 10 | 4  | 20 | 10 |
| 38 | Metálica  | 25 | 30 | 26 | 33 | 12 | 42 | 26 |
| 46 | Concreto  | 23 | 28 | 24 | 30 | 12 | 36 | 24 |

### 79 COBERTURA

|    |               |   |   |   |    |    |    |   |
|----|---------------|---|---|---|----|----|----|---|
| 19 | Palha/Zinco   | 1 | 0 | 0 | 3  | 4  | 0  | 0 |
| 27 | Telha amianto | 5 | 2 | 3 | 11 | 20 | 10 | 3 |
| 35 | Telha Barro   | 3 | 2 | 3 | 9  | 15 | 8  | 3 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|    |          |   |   |   |    |    |    |   |
|----|----------|---|---|---|----|----|----|---|
| 43 | Laje     | 7 | 3 | 4 | 13 | 28 | 11 | 3 |
| 86 | Especial | 9 | 4 | 4 | 16 | 35 | 12 | 3 |

## 80 PAREDES

|    |               |   |   |   |    |    |    |   |
|----|---------------|---|---|---|----|----|----|---|
| 28 | Taipa         | 1 | 0 | 0 | 3  | 4  | 0  | 0 |
| 36 | Alvenaria     | 5 | 2 | 3 | 11 | 20 | 10 | 3 |
| 86 | Choça Barraco | 3 | 2 | 3 | 9  | 15 | 8  | 3 |
| 87 | Madeira       | 7 | 3 | 4 | 13 | 28 | 11 | 3 |
|    |               |   |   |   |    |    |    |   |

## 81 FORRO

|    |             |   |   |   |   |   |   |   |
|----|-------------|---|---|---|---|---|---|---|
| 17 | Inexistente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 25 | Madeira     | 2 | 3 | 2 | 4 | 2 | 4 | 3 |
| 33 | Estuque     | 3 | 3 | 2 | 4 | 2 | 3 | 3 |
| 41 | Laje        | 3 | 4 | 3 | 5 | 3 | 5 | 3 |
| 86 | Chapas      | 3 | 4 | 3 | 5 | 3 | 3 | 3 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## 82 REVESTIMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

|    |             |    |    |    |    |   |    |    |
|----|-------------|----|----|----|----|---|----|----|
| 14 | Inexistente | 0  | 0  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0  |
| 30 | Reboco      | 5  | 5  | 20 | 9  | 0 | 8  | 16 |
| 33 | Cerâmica    | 21 | 19 | 27 | 19 | 0 | 13 | 22 |
| 41 | Madeira     | 21 | 19 | 26 | 19 | 0 | 12 | 22 |
| 86 | Óleo        | 19 | 16 | 23 | 15 | 0 | 11 | 18 |
| 87 | Caiação     | 5  | 5  | 21 | 12 | 0 | 10 | 20 |
| 89 | Especial    | 27 | 24 | 28 | 20 | 0 | 14 | 26 |

## 83 INSTALAÇÃO SANITÁRIA

|    |             |   |   |   |   |   |   |   |
|----|-------------|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | Inexistente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 20 | Externa     | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 46 | + 1 Externa | 5 | 5 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 86 | Int. Simp.  | 3 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 87 | Int. Compl. | 4 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## 84 INSTALAÇÃO ELÉTRICA

|    |             |    |    |    |   |    |   |    |
|----|-------------|----|----|----|---|----|---|----|
| 19 | Inexistente | 0  | 0  | 0  | 0 | 0  | 0 | 0  |
| 27 | Aparente    | 6  | 7  | 7  | 3 | 9  | 6 | 15 |
| 43 | Embutida    | 12 | 14 | 10 | 4 | 19 | 8 | 17 |

## 85 PISO

|    |               |    |    |    |    |    |    |    |
|----|---------------|----|----|----|----|----|----|----|
| 16 | Terra batida  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  |
| 24 | Cimento       | 3  | 3  | 20 | 14 | 10 | 12 | 10 |
| 32 | Cer/Mosaico   | 8  | 9  | 25 | 18 | 20 | 16 | 20 |
| 86 | Tábuas        | 4  | 7  | 25 | 16 | 15 | 14 | 19 |
| 87 | Taco          | 8  | 9  | 25 | 18 | 20 | 15 | 21 |
| 89 | Mat. Plástico | 18 | 18 | 26 | 19 | 27 | 16 | 20 |
| 90 | Especial      | 19 | 19 | 27 | 20 | 29 | 17 | 21 |

TABELA "C"

III – TABELA DE METRO QUADRADO PARA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL  
E TERRITORIAL URBANO - IPTU

| TIPO DE CONSTRUÇÃO | VALOR (R\$) |
|--------------------|-------------|
|--------------------|-------------|



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|              |        |
|--------------|--------|
| Casa Sobrado | 138,85 |
| Apartamento  | 219,54 |
| Telheiro     | 146,35 |
| Galpão       | 182,45 |
| Indústria    | 364,80 |
| Loja         | 274,44 |
| Especial     | 386,11 |

TABELA "D"

#### IV – TABELA DO COEFICIENTE CORRETIVO DE CONSERVAÇÃO

| Conservação da Edificação | Coefficiente de Conservação |
|---------------------------|-----------------------------|
| Nova/Ótima                | 1,00                        |
| Bom                       | 0,90                        |
| Regular                   | 0,70                        |
| Mau                       | 0,50                        |

As alíquotas a serem aplicadas sobre o valor venal do imóvel serão.

- 1% (um por cento), tratando-se de terreno vago;
- 0,5 (meio por cento), tratando-se prédio edificado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

As datas de vencimentos de Imposto Predial e Territorial Urbano serão as seguintes.

| PARCELAS   | VENCIMENTO     |
|------------|----------------|
| 1ª Parcela | 30 de Outubro  |
| 2ª Parcela | 30 de Novembro |
| 3ª Parcela | 30 de Dezembro |

## ANEXO II

### TABELA I

|      | Descrição dos Serviços  | Alíquota |
|------|---|----------|
| 1    | Serviços de informática e congêneres.   | 4%       |
| 1.01 | Análise e desenvolvimento de sistemas.  | 4%       |
| 1.02 | Programação.  | 4%       |
| 1.03 | Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.                                   | 4%       |
| 1.04 | Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. | 4%       |
| 1.05 | Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.   | 4%       |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |  |    |
|------|--|----|
| 1.06 | Assessoria e consultoria em informática.   | 4% |
| 1.07 | Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.  | 4% |
| 1.08 | Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.  | 4% |
| 1.09 | Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e textos por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). | 4% |
| 2    | Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.  | 4% |
| 2.01 | Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.  | 4% |
| 3    | Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.  | 4% |
| 3.01 | Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.  | 4% |
| 3.02 | Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, <i>stands</i> , quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.   | 4% |
| 3.03 | Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovias, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |   |    |
|------|---|----|
| 3.04 | Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.   | 4% |
| 4    | Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.   | 4% |
| 4.01 | Medicina e biomedicina.   | 4% |
| 4.02 | Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. | 4% |
| 4.03 | Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.                                       | 4% |
| 4.04 | Instrumentação cirúrgica.   | 4% |
| 4.05 | Acupuntura.   | 4% |
| 4.06 | Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.  | 4% |
| 4.07 | Serviços farmacêuticos.   | 4% |
| 4.08 | Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.   | 4% |
| 4.09 | Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.  | 4% |
| 4.10 | Nutrição.   | 4% |
| 4.11 | Obstetrícia.  | 4% |
| 4.12 | Odontologia.  | 4% |
| 4.13 | Ortótica.   | 4% |
| 4.14 | Próteses sob encomenda.   | 4% |
| 4.15 | Psicanálise.  | 4% |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |   |    |
|------|---|----|
| 4.16 | Psicologia.   | 4% |
| 4.17 | Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.  | 4% |
| 4.18 | Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.  | 4% |
| 4.19 | Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.   | 4% |
| 4.20 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.   | 4% |
| 4.21 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.   | 4% |
| 4.22 | Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.  | 4% |
| 4.23 | Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. | 4% |
| 5    | Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.  | 4% |
| 5.01 | Medicina veterinária e zootecnia.   | 4% |
| 5.02 | Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.  | 4% |
| 5.03 | Laboratórios de análise na área veterinária.  | 4% |
| 5.04 | Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.  | 4% |
| 5.05 | Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.  | 4% |
| 5.06 | Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |   |    |
|------|---|----|
|      | de qualquer espécie.  |    |
| 5.07 | Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.   | 4% |
| 5.08 | Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.   | 4% |
| 5.09 | Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.   | 4% |
| 6    | Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.   | 4% |
| 6.01 | Barbearia, cabelereiros, manicuros, pedicuros e congêneres.   | 4% |
| 6.02 | Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.   | 4% |
| 6.03 | Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.  | 4% |
| 6.04 | Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.  | 4% |
| 6.05 | Centros de emagrecimento, <i>spa</i> e congêneres.  | 4% |
| 6.06 | Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.   | 4% |
| 7    | Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.   | 4% |
| 7.01 | Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.  | 4% |
| 7.02 | Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |  |    |
|------|--|----|
|      | drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). |    |
| 7.03 | Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.                                | 4% |
| 7.04 | Demolição.   | 4% |
| 7.05 | Reparação, conservação e reforma de edifício, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)                                       | 4% |
| 7.06 | Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.   | 4% |
| 7.07 | Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.  | 4% |
| 7.08 | Calafetação.   | 4% |
| 7.09 | Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeito e outros resíduos  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |   |    |
|------|---|----|
|      | quaisquer.  |    |
| 7.10 | Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.   | 4% |
| 7.11 | Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.  | 4% |
| 7.12 | Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.  | 4% |
| 7.13 | Dedetização, destinação, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.   | 4% |
| 7.14 | Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. | 4% |
| 7.15 | Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.   | 4% |
| 7.16 | Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.  | 4% |
| 7.17 | Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.  | 4% |
| 7.18 | Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.   | 4% |
| 7.19 | Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem,   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |   |    |
|------|---|----|
|      | concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.  |    |
| 7.20 | Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.  | 4% |
| 8    | Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.   | 4% |
| 8.01 | Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.  | 4% |
| 8.02 | Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.   | 4% |
| 9    | Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.   | 4% |
| 9.01 | Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, <i>apart-service</i> condominiais, <i>flat</i> , <i>apart-hoteis</i> , hotéis residência, <i>residence-service</i> , <i>suiteservice</i> , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviço). | 4% |
| 9.02 | Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.  | 4% |
| 9.03 | Guias de turismo.   | 4% |
| 10   | Serviços de intermediação e congêneres.   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 10.01 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.   | 4% |
| 10.02 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.  | 4% |
| 10.03 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.   | 4% |
| 10.04 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ), de franquia ( <i>franchising</i> ) e de faturização ( <i>factoring</i> ).                                   | 4% |
| 10.05 | Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. | 4% |
| 10.06 | Agenciamento marítimo.   | 4% |
| 10.07 | Agenciamento de notícias.  | 4% |
| 10.08 | Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.  | 4% |
| 10.09 | Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.   | 4% |
| 10.10 | Distribuição de bens de terceiros.   | 4% |
| 11    | Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 11.01 | Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.            | 4% |
| 11.02 | Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.                                 | 4% |
| 11.03 | Escolta, inclusive de veículos e cargas.  | 4% |
| 11.04 | Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.             | 4% |
| 12    | Serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres.   | 4% |
| 12.01 | Espectáculos teatrais.  | 4% |
| 12.02 | Exibições cinematográficas.   | 4% |
| 12.03 | Espectáculos circenses.   | 4% |
| 12.04 | Programas de auditório.   | 4% |
| 12.05 | Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.  | 4% |
| 12.06 | Boates, <i>taxi-dancing</i> e congêneres.   | 4% |
| 12.07 | <i>Shows, ballet</i> , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. | 4% |
| 12.08 | Feiras, exposições, congressos e congêneres.  | 4% |
| 12.09 | Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.  | 4% |
| 12.10 | Corridas e competições de animais.  | 4% |
| 12.11 | Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. | 4% |
| 12.12 | Execução de música.   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 12.13 | Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de ventos, espetáculos, entrevistas, <i>shows</i> , <i>ballet</i> , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concretos, recitais, festivais e congêneres. | 4% |
| 12.14 | Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.  | 4% |
| 12.15 | Desfiles de blocos, carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.   | 4% |
| 12.16 | Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, <i>shows</i> , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.                                      | 4% |
| 12.17 | Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.   | 4% |
| 13    | Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.  | 4% |
| 13.01 | Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.   | 4% |
| 13.02 | Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.  | 4% |
| 13.03 | Reprografia, microfilmagem e digitalização.   | 4% |
| 13.04 | Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou     | 4% |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |   |    |
|-------|---|----|
|       | industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deve ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.             |    |
| 14    | Serviços relativos a bens de terceiros.   | 4% |
| 14.01 | Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquina, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). | 4% |
| 14.02 | Assistência Técnica.  | 4% |
| 14.03 | Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)   | 4% |
| 14.04 | Recauchutagem ou regeneração de pneus.  | 4% |
| 14.05 | Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.  | 4% |
| 14.06 | Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.  | 4% |
| 14.07 | Colocação de molduras e congêneres.   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 14.08 | Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.  | 4% |
| 14.09 | Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.   | 4% |
| 14.10 | Tinturaria e lavanderia.   | 4% |
| 14.11 | Tapeçaria e reforma de estofamento em geral.   | 4% |
| 14.12 | Funilaria e lanternagem.   | 4% |
| 14.13 | Carpintaria e serralheria.   | 4% |
| 14.14 | Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.  | 4% |
| 15    | Serviços relacionados ao setor bancário ou financiamento, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.                          | 4% |
| 15.01 | Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito de congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.   | 4% |
| 15.02 | Abertura de contas em geral, inclusive contacorrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. | 4% |
| 15.03 | Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.  | 4% |
| 15.04 | Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
|       | de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.   |    |
| 15.05 | Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Eminentes de Cheques sem Fundo – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.  | 4% |
| 15.06 | Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículo; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. | 4% |
| 15.07 | Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.                                      | 4% |
| 15.08 | Emissão, remissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.   | 4% |
| 15.09 | Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) de quaisquer bens, inclusive   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
|       | cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ).  |    |
| 15.10 | Serviços relacionados a cobrança, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.  | 4% |
| 15.11 | Devolução de títulos, protestos de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.   | 4% |
| 15.12 | Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.   | 4% |
| 15.13 | Serviços relacionados a operação de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 15.14 | Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.  | 4% |
| 15.15 | Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.  | 4% |
| 15.16 | Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.          | 4% |
| 15.17 | Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.   | 4% |
| 15.18 | Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. | 4% |
| 16    | Serviços de transporte de natureza municipal.  | 4% |
| 16.01 | Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 16.02 | Outros serviços de transporte de natureza municipal.  | 4% |
| 17    | Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.  | 4% |
| 17.01 | Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. | 4% |
| 17.02 | Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.                                  | 4% |
| 17.03 | Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.  | 4% |
| 17.04 | Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.   | 4% |
| 17.05 | Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.  | 4% |
| 17.06 | Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.  | 4% |
| 17.07 | Franquias ( <i>franchising</i> ).   | 4% |
| 17.08 | Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.  | 4% |
| 17.09 | Planejamento, organização e administração de feiras, exposições,  | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
|       | congressos e congêneres.   |    |
| 17.10 | Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).  | 4% |
| 17.11 | Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.   | 4% |
| 17.12 | Leilão e congêneres.   | 4% |
| 17.13 | Advocacia.   | 4% |
| 17.14 | Arbitragem de qualquer espécie, inclusive a jurídica.  | 4% |
| 17.15 | Auditoria.   | 4% |
| 17.16 | Análise de Organização e Métodos.  | 4% |
| 17.17 | Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.  | 4% |
| 17.18 | Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.   | 4% |
| 17.19 | Consultoria e assessoria econômica ou financeira.  | 4% |
| 17.20 | Estatística.   | 4% |
| 17.21 | Cobrança em geral.   | 4% |
| 17.22 | Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ( <i>factoring</i> ). | 4% |
| 17.23 | Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.  | 4% |
| 17.24 | Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e                          | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

**CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297**

|       |   |    |
|-------|---|----|
|       | imagens de recepção livre e gratuita.   |    |
| 18    | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.  | 4% |
| 18.01 | Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.  | 4% |
| 19    | Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.   | 4% |
| 19.01 | Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.   | 4% |
| 20    | Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.  | 4% |
| 20.01 | Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atração, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de | 4% |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
|       | movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.   |    |
| 20.02 | Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.   | 4% |
| 20.03 | Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logísticas e congêneres.  | 4% |
| 21    | Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.   | 4% |
| 21.01 | Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.   | 4% |
| 22    | Serviços de exploração de rodovia.   | 4% |
| 22.01 | Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. | 4% |
| 23    | Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.   | 4% |
| 23.01 | Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
|       | congêneres.  |    |
| 24    | Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, <i>banners</i> , adesivos e congêneres.  | 4% |
| 24.01 | Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, <i>banners</i> , adesivos e congêneres.  | 4% |
| 25    | Serviços funerários.   | 4% |
| 25.01 | Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. | 4% |
| 25.02 | Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.  | 4% |
| 25.03 | Planos ou convênio funerários.   | 4% |
| 25.04 | Manutenção e conservação de jazidos e cemitérios.  | 4% |
| 25.05 | Cessão de uso de espaços em cemitério para sepultamento.   | 4% |
| 26    | Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; <i>courriere</i> congêneres.   | 4% |
| 26.01 | Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; <i>courriere</i> congêneres.   | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 27    | Serviços de assistência social.  | 4% |
| 27.01 | Serviços de assistência social.  | 4% |
| 28    | Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.                                       | 4% |
| 28.01 | Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.                                       | 4% |
| 29    | Serviços de biblioteconomia.   | 4% |
| 29.01 | Serviços de biblioteconomia.   | 4% |
| 30    | Serviços de biologia, biotecnologia e química.   | 4% |
| 30.01 | Serviços de biologia, biotecnologia e química.   | 4% |
| 31    | Serviços técnicos em edificação, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. | 4% |
| 31.01 | Serviços técnicos em edificação, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. | 4% |
| 32    | Serviços de desenhos técnicos.   | 4% |
| 32.01 | Serviços de desenhos técnicos.   | 4% |
| 33    | Serviços de desembaraço aduaneiro, comissário, despachantes e congêneres.                            | 4% |
| 33.01 | Serviços de desembaraço aduaneiro, comissário, despachantes e congêneres.                            | 4% |
| 34    | Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.                                      | 4% |
| 34.01 | Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.                                      | 4% |
| 35    | Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.                      | 4% |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 35.01 | Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.                | 4% |
| 36    | Serviços de meteorologia.  | 4% |
| 36.01 | Serviços de meteorologia.  | 4% |
| 37    | Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.  | 4% |
| 37.01 | Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.  | 4% |
| 38    | Serviços de museologia.  | 4% |
| 38.01 | Serviços de museologia.  | 4% |
| 39    | Serviços de ourivesaria e lapidação.   | 4% |
| 39.01 | Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço). | 4% |
| 40    | Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.  | 4% |
| 40.01 | Obras de arte sob encomenda.   | 4% |

## ANEXO III - TABELA PARA COBRANÇA DE TAXAS

### TAXA DE LOCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTABELECIMENTO

| 1 - INDUSTRIAL |                       | % SOBRE A UFB |
|----------------|-----------------------|---------------|
| 1.1            | Até 10 empregados     | 200%          |
| 1.2            | De 11 a 30 empregados | 400%          |
| 1.3            | De 31 a 70 empregados | 500%          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|     |                        |       |
|-----|------------------------|-------|
| 1.4 | De 71 a 150 empregados | 600%  |
| 1.5 | Mais de 150 empregados | 1000% |

|               |               |
|---------------|---------------|
| 2 – COMERCIAL | % SOBRE A UFB |
|---------------|---------------|

|     |  |       |
|-----|--|-------|
| 2.1 | Bares e restaurantes (por m <sup>2</sup> )   | 3%    |
| 2.2 | Supermercados e armazéns (por m <sup>2</sup> )   | 4%    |
| 2.3 | Qualquer outro ramo de atividades comerciais não constantes nesta tabela (por m <sup>2</sup> ) | 3%    |
| 2.4 | Oficina de consertos em geral  | 600%  |
| 2.5 | Hotéis, motéis, pensões e similares, da forma abaixo.  |       |
|     | 2.5.1 por quarto de hotéis e motéis  | 40%   |
|     | 2.5.2 por quarto em pensões  | 30%   |
|     | 2.5.3 por apartamento  | 20%   |
| 2.6 | Estabelecimento bancário, de crédito, financiamento e investimento.                            | 1000% |
| 2.7 | Representantes comerciais, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral              | 200%  |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|      |  |       |
|------|--|-------|
| 2.8  | Profissionais autônomos que exercem atividades sem aplicação de capital (não incluindo em outros itens desta tabela) | 200%  |
| 2.9  | Casas de Loterias  | 500%  |
| 2.10 | Posto de Gasolina  | 1000% |
| 2.11 | Depósito de inflamáveis e explosivos e similares   | 1000% |
| 2.12 | Tinturaria e lavanderia  | 200%  |
| 2.13 | Salão de engraxates  | 200%  |
| 2.14 | Estabelecimento de banhos, duchas, massagens, ginásticas e similares   | 200%  |
| 2.15 | Barbearia e Salão de Beleza  | 200%  |
| 2.16 | Ensino de qualquer natureza e grau   | 300%  |
| 2.17 | Estabelecimentos Hospitalares, Clínicas de Fisioterapia, Estética e similares  | 200%  |
| 2.18 | Laboratório de Análises Clínicas   | 500%  |

|                           |                                      |               |
|---------------------------|--------------------------------------|---------------|
| 3 – DE DIVERSÕES PÚBLICAS |                                      | % SOBRE A UFB |
| 3.1                       | Cinemas, teatros com até 150 lugares | 200%          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|     |  |       |
|-----|--|-------|
| 3.2 | Cinemas, teatros com mais de 150 lugares                             | 300%  |
| 3.3 | Restaurante dançante, boates, danceterias e casas noturnas           | 300%  |
| 3.4 | Circos e parques de diversões  | 1000% |
| 3.5 | Boliches por números de pistas                                       | 100%  |
| 3.6 | Exposições, cavalgadas, feiras de amostras e quermesses e similares, | 300%  |
| 3.7 | Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no item anterior    | 500%  |

| 4 – AGROPECUÁRIO |                         | % SOBRE A UFB |
|------------------|-------------------------|---------------|
| 4.1              | Até 100 empregados      | 300%          |
| 4.2              | Acima de 100 empregados | 500%          |

| 5 – DEMAIS ATIVIDADES |  | % SOBRE A UFB |
|-----------------------|--|---------------|
| 5.1                   | Demais atividades sujeitas à taxa de localização não constantes dos itens anteriores | 500%          |

NOTA: A taxa de localização dos estabelecimentos constantes do item (comércio) será cobrada até o limite máximo de 1.000% da UFB (Unidade Fiscal de Bugre).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

|   |   | % SOBRE A UFB |
|---|---|---------------|
| 1 | Por publicidade fixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros por m <sup>2</sup> , exceto placas luminosas | 5% (a.a.)     |
| 2 | Publicidade no interior de veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade por veículo   | 100% (a.a.)   |
| 3 | Publicidade sonora em veículos, destinados a qualquer modalidade de publicidade   | 10% (a.m.)    |
| 4 | Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade por veículos  | 25% (a.a.)    |
| 5 | Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares, por meio de projeção de filmes   | 10% (a.m.)    |
| 6 | Por publicidade, colocadas em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação,  |               |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|   |  |                          |
|---|--|--------------------------|
|   | desde que visíveis de quaisquer vias ou Logradouros públicos , inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais | 100% (a.a.)              |
| 7 | Qualquer outro tipo de publicidade não constante dos itens anteriores  | 100% (a.a.) ou 5% (a.d.) |

## TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS (Por cabeça)

|   |                 | % SOBRE A UFB |
|---|-----------------|---------------|
| 1 | Bovino ou vacum | 30%           |
| 2 | Suíno           | 20%           |
| 3 | Ovino           | 10%           |
| 4 | Caprino         | 10%           |
| 5 | Eqüino          | 10%           |
| 6 | Aves            | 5%            |
| 7 | Outros          | 5%            |

## TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS, LOGRADOUROS PÚBLICOS E ESPAÇO AÉREO

1 – Feirantes



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por dia | 10%           |
| Por mês | 30%           |
| Por ano | 100%          |

## 2 - Barraquinhas ou Quiosques

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por dia | 5%            |
| Por mês | 15%           |
| Por ano | 50%           |

## 3 - Ambulantes que ocupem Vias e Logradouros Públicos

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por dia | 20%           |
| Por mês | 50%           |
| Por ano | 100%          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## 4 – Postes e Torres

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por mês | 10%           |
| Por ano | 30%           |

## 5- Redes elétricas, hidráulicas e telefônicas (por metro linear)

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por mês | 0,04%         |
| Por ano | 0,5%          |

## 6 – Quaisquer outros contribuintes não compreendidos nos itens anteriores

|         | % SOBRE A UFB |
|---------|---------------|
| Por dia | 20%           |
| Por mês | 50%           |
| Por ano | 100%          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

### NATUREZA DA OBRA

| 1 – TIPO DE CONSTRUÇÃO  | %DA UNIDADE FISCAL DE BUGRE |
|---|-----------------------------|
| a) Edificação de até dois pavimentos, por m <sup>2</sup> de área construída                                 | 2%                          |
| b) Edificação com mais de dois pavimentos, por m <sup>2</sup> de área construída                            | 3%                          |
| c) Dependência em prédios residenciais, por m <sup>2</sup> de área construída                               | 1%                          |
| d) Dependência em quaisquer outros prédios para finalidade comercial, por m <sup>2</sup> de área construída | 1%                          |
| e) Barracões, por m <sup>2</sup> de área construída   | 1%                          |
| f) Galpão por m <sup>2</sup> de área construída   | 1%                          |
| g) Fachadas e muros, por metro linear   | 1%                          |
| h) Marquises, cobertas e tapumes por metro linear   |                             |
| i) Reconstrução, reforma, reparo por m <sup>2</sup>   | 2%                          |
| j) Demolição por m <sup>2</sup>   | 1%                          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| 2 – ARRUAMENTOS   | % DA UNIDADE FISCAL DE BUGRE      |
| a) Com área até 20.000 m <sup>2</sup> excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos por m <sup>2</sup>   | 1%                                |
| b) Com área superior a 20.000 m <sup>2</sup> excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao município por m <sup>2</sup> | 0,5%                              |
| 3 – QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA   | % SOBRE A UNIDADE FISCAL DE BUGRE |
| a) Por metro linear   | 1%                                |
| b) Por metro quadrado   | 1%                                |

## TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

| DISTÂNCIA EM KM | % SOBRE A UNIDADE FISCAL DE BUGRE |
|-----------------|-----------------------------------|
| Até 5 Km        | 100 %                             |
| De 6 a 10 Km    | 150 %                             |
| De 11 a 20 Km   | 200%                              |
| Acima de 21 Km  | 250%                              |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

## TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

| I – Tarifas de Expediente   | % SOBRE A UNIDADE FISCAL<br>DE BUGRE |
|---|--------------------------------------|
| a) Taxa de Expediente   | 50%                                  |
| b) Atestados, declarações e certidões por laudo   | 50%                                  |
| c) Protocolização de requerimento sugerido a qualquer autoridade municipal, para os demais fins e expedições de segunda via do IPTU | 50%                                  |
| II – Tarifas de Serviços Diversos   |                                      |
| a) De numeração e renumeração de prédios  | 50%                                  |
| b) De alinhamento e nivelamento por m <sup>2</sup> de extensão  | 50%                                  |
| c) Rebaixamento de meio fio e colocação de guias, por metro linear  | 50%                                  |
| d) Da liberação de bens apreendidos ou depósitos, de mercadorias, por animais por cabeça, por dia ou fração.                        | 100%                                 |
| f) Demarcação de lote ou rua  | 150%                                 |
| g) Planta para construção de casa tipo popular  | Isento                               |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BUGRE

CNPJ: 01.613.126/0001-02 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Valério Viana, 54 - Centro - CEP: 35.193-000 - Fone (33) 3355-8297

|  |      |
|--|------|
| h) Ligação e reparo em rede de esgoto        | 100% |
| III – Tarifas de Licenças Diversas           |      |
| a) Licença para desaterro por m <sup>3</sup> | 5 %  |
| b) Habite-se por m <sup>2</sup>              | 2 %  |

NOTA: Toda taxa de fiscalização e serviços diversos constantes neste Anexo, deverá ser acompanhada da Taxa de Expediente.

## ANEXO IV

|  |                 |
|--|-----------------|
| TAXA DE COLETA DE ENTULHOS (CONSTRUÇÃO CIVIL) E DETRITOS INDUSTRIAIS |                 |
| RESIDENCIAL  | NÃO RESIDENCIAL |
| 400% UFB   | 700% UFB        |

Bugre/MG, 25 de outubro de 2021.

  
Marcélio Teixeira da Costa

Prefeito Municipal